



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

JULYELENN ALMEIDA BRUNO ARAÚJO

**MEMORIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:
ANÁLISE DO PROJETO DE CRIAÇÃO (2000-2011)**

Brasília, DF
2016

JULYELENN ALMEIDA BRUNO ARAÚJO

**MEMORIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:
ANÁLISE DO PROJETO DE CRIAÇÃO (2000-2011)**

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília, DF
2016

AM533m

Araújo, Julyelenn Almeida Bruno
MEMORIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:
ANÁLISE DO PROJETO DE CRIAÇÃO (2000-2011) /
Julyelenn Almeida Bruno Araújo; orientadora Ana Lúcia
de Abreu Gomes. -- Brasília, 2016. 91 p.

Monografia (Graduação -) -- Universidade de
Brasília, 2016.

1. Memorial. 2. Memorial do TST. 3. Memória Institucional. 4.
Tribunal Superior do Trabalho. I. Gomes, Ana Lúcia de Abreu,
orient. II. Título.



Universidade de Brasília

Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Museologia

Título: Memorial Do Tribunal Superior do Trabalho: análise do projeto de criação (2000-2011)

Aluna: Julyelenn Almeida Bruno Araújo

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Brasília, 23 de novembro de 2016

Ana Lúcia de Abreu Gomes - Orientadora

Professora da Faculdade de Ciência da Informação

Curso de Museologia/UnB

Doutora em História Cultural

Andréa Fernandes Considera – Membro Titular

Professora da Faculdade de Ciência da Informação

Curso de Museologia/UnB

Doutora em História Cultural

Daniele Galvão Pestana Nogueira – Membro Externo

Mestre em Ciência da Informação/ PPGCinf/FCI/UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por me incentivar e me dar todo o amparo pra que eu pudesse estudar e dessa forma concluir o curso de bacharelado em Museologia.

Meu agradecimento especial à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes pela sua paciência e incentivo. Seus ensinamentos foram de fundamental importância e sua orientação fez com que todo esse trabalho fosse mais prazeroso.

Ao Tribunal Superior do Trabalho, em especial a Coordenadoria de Gestão Documental e Memória, pela colaboração na pesquisa, e aos entrevistados Geraldo de Genaro e Regina Lúcia Brandão Lima Jaeger.

E ao meu amigo e minhas amigas pelas palavras de incentivo e apoio emocional.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o projeto de criação do memorial do Tribunal Superior do Trabalho. Para tanto, contextualizamos o Tribunal Superior do Trabalho, discutimos o conceito de memorial na Museologia e analisamos o processo de criação do memorial. Dessa forma pudemos entender como ele foi criado, em qual contexto e para desempenhar qual função. A pesquisa é caracterizada pelo seu caráter exploratório em que usamos como coleta de dados entrevistas e pesquisa documental. A análise foi realizada desde a criação do memorial em 2000 até a sua transferência para a CGEDM em 2011. Foi possível perceber que a criação do memorial foi motivado pela vontade de um grupo específico de preservar a história da instituição em decorrência das mudanças que estavam acontecendo. A partir dessa pesquisa podemos entender um pouco mais do cenário museal do DF que é caracterizado, em parte, por museus criados dentro de instituições.

Palavras-chave: Memorial. Memorial do TST. Memória Institucional. Tribunal Superior do Trabalho.

ABSTRACT

This research aims to analyze the project of creation of the Tribunal Superior do Trabalho's memorial. For both, we contextualize the labour court, discuss the concept of memorial in Museology and analyze the process of creating the memorial. That way we could understand how it was created, the context and its purpose. The research is characterized by its exploratory in that we use to collect data interviews and documentary research. The analysis was carried out since the creation of the memorial in 2000 until his transfer to CGEDM in 2011. It was possible revealed that the creation of the memorial was motivated by the will of a specific group to preserve the history of the institution as a result of the changes that were happening. From this research we can understand a little more of the museum setting of DF which is characterized by museums created within institutions.

Keywords: Memorial. TST Memorial. Institutional Memory. Tribunal Superior do Trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:Sede TST Palácio do Trabalho- RJ.....	24
Figura 2: Sede TST Setor de Autarquias Sul- DF	24
Figura 3: Sede TST Administração Federal Sul- DF	25
Figura 4:Exposição do Memorial do TST 2016	34
Figura 5:Exposição do Memorial do TST 2016	35
Figura 6: Exposição do Memorial do TST 2016	35
Figura 7:Planta do Memorial do TST 2000.....	39
Figura 8: Panfleto da SRCAR.....	42
Figura 9: Panfleto da SRCAR.....	43
Figura 10: Planta do Memorial do TST 2016.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Coordenadores do Arquivo.....	59
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CGED- Coordenadoria de Gestão Documental

CGEDM- Coordenadoria de Gestão Documental e Memória

CI- Ciência da Informação

CNT- Conselho Nacional do Trabalho

DF- Distrito Federal

EP- Educação Permanente

GDGCA- Gabinete da Diretoria Geral de Coordenação Administrativa

GT- Grupo de Trabalho

IBRAM- Instituto Brasileiro de Museus

ICOM- Conselho Internacional de Museus

JT- Justiça do Trabalho

SCA- Setor de Conservação e Arquivo

SCAr- Setor de Conservação e Arquivo

SRCAR- Setor de Conservação e Arquivo

TST- Tribunal Superior do Trabalho

UnB- Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	17
3. MEMORIAL	26
4. MEMORIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
6. BIBLIOGRAFIA	53
7. ANEXOS	57

1. INTRODUÇÃO

Em 2011 por influência da minha mãe, historiadora, e da minha irmã, antropóloga, ingressei no curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB) com o intuito de estudar o espaço museu, que a meu ver, faz parte do cenário de Educação Permanente (PE) (Relatório FAURE 1972, *Apud* Apostila UNESCO). Nesta perspectiva, leva-se em consideração que a educação acontece desde o nosso nascimento até a nossa morte, ou seja, ao longo da nossa vida, e em qualquer espaço. E dessa forma participar do museu é participar desse cenário cultural emancipador.

No decorrer da minha trajetória, deparei-me com o cenário dos museus do Brasil e principalmente com o de Brasília, onde moro e onde comecei minha atuação como estagiária em espaços culturais. Depois de trabalhar em acervos particulares doados para instituições públicas, bibliotecas, e fazer pesquisas para museus em processo de consolidação, passei na seleção do Tribunal Superior do Trabalho (TST), onde estou há um ano trabalhando como estagiária no acervo pessoal do primeiro ministro do TST, Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, falecido em fevereiro de 2002.

A ideia de desenvolver essa pesquisa se deu a partir do questionamento que me ocorreu ao verificar a existência de uma quantidade significativa de museus do Distrito Federal (DF), inseridos no Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), e que eu não tinha conhecimento, “Como podem existir 83 museus, dados de 2016, e eu não conheço nem 40?”.

O que ocorre, é que esses *locais de memória* (NORA, 1993) são criados dentro de instituições, que muitas vezes não tem como objetivo a comunicação do seu acervo para o público externo. De acordo com Daniele Nogueira (2015) mais de 50 por cento dos museus do Distrito Federal possuem essa característica, são museus criados dentro de instituições da administração federal.

Para a realização da pesquisa usei o caso específico do Memorial do TST, *lugar de memória* criado dentro de uma instituição da administração federal existente desde 1946, cuja atividade fim não é a museal, por ser um exemplo do meu objeto

de estudo. O lugar de memória¹ estudado, mesmo tendo como nome “memorial” está inserido no referido Cadastro Nacional de Museus do IBRAM, e por vezes, possui um contexto de trabalho diferente das práticas basilares inerentes aos museus.

OBJETIVO GERAL

Analisar o projeto de criação do memorial do Tribunal Superior do Trabalho de 2000 a 2011.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Contextualizar o Tribunal Superior do Trabalho.

Discutir o conceito de memorial na Museologia.

Analisar o processo de criação do Memorial do TST.

JUSTIFICATIVA

A pesquisa se insere no Eixo Curricular 3 do bacharelado em Museologia, “Museologia e Patrimônio Cultural” tendo como base a relação interdisciplinar da Museologia com a questão da Memória e do Patrimônio Cultural.

Analisaremos o projeto de criação do respectivo memorial possibilitando dessa forma entender como ele foi criado, em qual contexto e para desempenhar qual função. Pensando de uma maneira mais ampla, esta pesquisa possibilitará também, mostrar para os leitores um pouco mais sobre o cenário dos museus do Distrito Federal (DF).

A autora Daniele Nogueira (2015) defende a hipótese de que os diferentes contextos de trabalho que alguns desses museus possuem, são desafios para o campo da Museologia, questionando dessa forma, os processos de memória ali condensados.

¹Segundo Nora “Lugar de memória é um lugar; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.”

Ananda Rocha (2013) explana em sua monografia de final de curso sobre a falta de produção bibliográfica na área de Ciência da Informação (CI), sobre o tema *memorial*, logo a falta de definição do termo. Assim, a ambiguidade existente dos termos museu e memorial são destacados. A definição conceitual de museu pode ser verificada na Lei N° 11.904, de 14 de janeiro de 2009:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades. (BRASIL, 2009)

Ao realizar a pesquisa tenho como intuito, além de sanar um questionamento pessoal, e esboçar de forma literal um pouco do conhecimento adquirido ao longo dos meus cinco anos de curso, a obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB).

METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada é a qualitativa por se tratar de uma pesquisa em que busco entender como o memorial foi criado por meio da análise do seu projeto de criação, e de entrevistas com os componentes do grupo de trabalho idealizador do projeto: Geraldo de Genaro (coordenador do GT) e Regina Lúcia Brandão Lima Jaeger (membro). Tentamos realizar uma entrevista com Wagner Pimenta, ex-Ministro do TST, que assinou o Ato de constituição do GT e que inaugurou o memorial, porém, por falta de tempo, por parte do ex-Ministro, a entrevista não pôde ser realizada.

PROCEDIMENTOS

Levantamento bibliográfico sobre a criação, objetivos e função do Tribunal Superior do Trabalho no arquivo e biblioteca do próprio órgão, dando prioridade para os documentos primários.

Levantamento bibliográfico de referenciais teóricos do campo da Museologia.

Levantamento documental sobre a criação do Memorial do TST na biblioteca online do órgão onde são disponibilizados os Atos e Resoluções administrativas, e no arquivo, lugar que disponibiliza o relatório do Grupo de Trabalho idealizador do Memorial do TST.

Análise dos documentos levantados.

Entrevistas com servidores que participaram da criação e da consolidação do memorial.

Produção de textos para compor o corpo do trabalho.

2 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Neste capítulo falaremos do TST, mas para isso é preciso falar de acontecimentos e instituições criadas anteriormente. Escolhemos dar ênfase ao Decreto Nº 4.682 de 24 de janeiro de 1923, que criou a caixa de aposentadoria e pensão, e que antecedeu o Decreto Nº 16.027 de 30 de abril de 1923 que criou o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) órgão que passou do poder executivo para o poder judiciário e que deu origem ao TST.

Ambos os decretos são, provavelmente, decorrência de iniciativa de 1917 quando foi apresentado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados a proposta de elaboração de um código de trabalho junto ao projeto de criação de um Departamento Nacional do Trabalho. Esse departamento seria uma reorganização da Diretoria do Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura. O projeto foi aprovado, e em outubro de 1918 foi criado o Decreto Nº 3.550 que “Autoriza o Presidente da Republica a reorganizar, sem aumento de despesas, a Diretoria do Serviço de Povoamento dando-lhe a denominação de Departamento Nacional do Trabalho.”, o órgão administrativo era subdividido em três partes para a execução dos seus fins que eram:

- a) preparar e dar execução regulamentar às medidas referentes ao trabalho em geral;
- b) dirigir proteger as correntes emigratórias que procurarem o país e amparar as que se formarem dentro do mesmo;
- c) superintender a colonização nacional e estrangeira; executar todas as medidas atinentes ao serviço das terras devolutas do Acre, a que se referem os decretos números 10.105 e 10.320, de 5 de março e 7 de julho de 1915, exercendo, para isso, as atribuições que deveriam ser conferidas á Diretoria de Terras Publicas, conforme o disposto no primeiro dos aludidos decretos;
- e) regulamentar e inspecionar o Patronato Agrícola. (Brasil, 1918)

Mesmo após a criação do decreto, o órgão nunca foi implantado. Posteriormente, em um período conturbado caracterizado por sucessivas greves dos trabalhadores, o Ministério da Agricultura tentou reativar o departamento indo de encontro aos interesses dos empresários do comércio e da indústria.

Em janeiro de 1923 foi criado o Decreto Nº 4.682 também conhecido como Eloy Chaves. O decreto foi apresentado na Câmara dos Deputados em 1921 pelo advogado e na época deputado federal pelo estado de São Paulo Eloy Chaves em meio ao processo de industrialização e urbanização, em que os empregadores

queriam lucro e os empregados não tinham direitos garantidos; ele é conhecido também como o marco da previdência social no Brasil. A referida legislação “Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados”, onde são considerados empregados “não só os que prestarem os seus serviços mediante ordenado mensal, como os operários diaristas, de qualquer natureza, que executem serviço de caráter permanente.”

Esse fundo da caixa de aposentadorias e pensões era formado por contribuições dos empregados e das empresas, e dava direitos e deveres aos empregados e empregadores. O órgão que tinha como dever fazer as referidas averiguações era o Conselho de Administração das Caixas de Aposentadorias e Pensões. O referido conselho tinha autoridade para promover perante o Poder Executivo ou perante o Poder Judiciário a efetivação das obrigações que cita a lei em questão.

As Caixas de Aposentadorias e Pensões eram dirigidas pelo Conselho de Administração. De acordo como Art. 41 faziam parte desse Conselho o superintendente ou inspetor geral da respectiva empresa, dois empregados do quadro (o caixa e o pagador da mesma empresa) e mais dois empregados eleitos pelo pessoal ferroviário de três em três anos. Esses membros do conselho desempenhariam suas funções gratuitamente.

Essa lei inicialmente era restrita aos ferroviários. Com o tempo ela foi se estendendo as outras categorias e outras empresas começaram a ser beneficiadas.

E foi então, por uma necessidade de um órgão consultivo em assuntos relacionados à organização do trabalho e da previdência social, em decorrência das Caixas de Aposentadorias e Pensões, que o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) foi criado em abril de 1923 por meio do Decreto Nº 16.027. Além de assuntos relacionados à organização do trabalho e da previdência social o CNT era responsável por estabelecer:

Dia normal de trabalho nas principais indústrias, sistemas de remuneração do trabalho, contratos coletivos do trabalho, sistemas de conciliação e arbitragem, especialmente para prevenir ou resolver as paradas, trabalho de menores, trabalho de mulheres, aprendizagem e ensino técnico, acidentes do trabalho, seguros sociais; caixas de aposentadorias e pensões de ferroviários, instituições de crédito popular e caixas de crédito agrícola. (BRASIL, 1923)

O respectivo órgão era composto de 12 membros escolhidos pelo Presidente da República. Eram eles: dois operários, dois patrões, dois altos funcionários do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e seis pessoas com competências na área em questão, além de um Secretário Geral do Conselho. E tinha para fins administrativos uma Secretaria Geral composta de cinco membros além do Secretário Geral que era responsável pela sua direção. De acordo com o Art. 8º compete a secretaria:

coligir e sistematizar a documentação sobre os diversos problemas de nossa economia social;

realizar inquéritos sociais, ouvindo os profissionais e interessados;

promover a observância do disposto nas leis numero 1.150, de 5 de janeiro de 1904, e 1.907, de 29 de dezembro de 1906;

propagar e fiscalizar a aplicação das leis ns. 976, de 6 de janeiro de 1903, e 1.637, de 5 de janeiro de 1907;

superintender a fiscalização de seguros contra acidentes do trabalho e quaisquer outros seguros operários;

superintender e fiscalização das caixas de pensões e aposentadorias de ferroviários;

executar quaisquer outros trabalhos referentes á organização do trabalho e da previdência social.

§ 1º Anexos á Secretaria do Conselho, serão organizados e mantidos um museu social e uma biblioteca especializada em questões de economia social.

§ 2º Serão classificadas em fichas as informações e dados colhidos, quer em suas investigações diretas, quer em estudos publicados em revistas e obras recentes. (BRASIL, 1923)

Em 1928 pelo Decreto Nº 18.074 o CNT passou por algumas modificações refletindo principalmente na secretaria que foi dividida em duas sessões. As sessões teriam os seguintes cargos:

1ª secção - Dia normal do trabalho nas principais industrias, sistema de remuneração do trabalho, contratos coletivos do trabalho; sistemas de conciliação e arbitragem, especialmente para prevenir ou resolver as pargues; trabalho de menores, trabalho de mulheres, aprendizagem e ensino técnico; férias dos empregados comerciais, industriais, bancários e de instituições de caridade e beneficência; expediente referente aos membros do Conselho, ao procurador geral e sue adjunto, ao pessoal da secretaria e aos fiscais além de outros que forem previstos no regimento interno.

2ª secção - Acidentes do trabalho, seguros sociais, caixas de aposentadoria e pensões, serviços de contabilidade, além de outros que

forem previstos no regimento interno. (Decreto n. 16.027, de 30 de abril de 1923, art. 2º e 8º) (BRASIL, 1928)

A criação do CNT em 1923 corrobora aquela historiografia, que, nos anos 1980, buscou compreender como a chamada “questão social” foi conduzida antes da Era Vargas. Por algum tempo se acreditava que a legislação trabalhista havia sido inaugurada por Getúlio Vargas, o chamado “mito de outorga” o que não corresponde à realidade. Não que o Governo Vargas não tenha adotado inúmeras medidas nessa área. Como afirma Marcos Untura Neto,

Concentrar a decisão dos conflitos trabalhistas no Poder Executivo foi uma decisão natural da política varguista sobre as relações de trabalho. Tratava-se de centralizar a contenção de toda e qualquer possibilidade de conflito que pudesse impedir ou prejudicar o processo de industrialização em curso, imunizando o sistema da política regional. Assim, nos anos 1930 o rol de atribuições e competências do CNT foi largamente ampliado, de modo a atender a esse designo. (UNTURA NETO, 2013, p.49)

Em 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio por meio do Decreto Nº 19.433 o CNT passou a integrá-lo, mantendo-se na esfera do Poder Executivo com funções administrativas e consultivas (UNTURA NETO, 2013, p.37). O Decreto “Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” e reorganizava outras Secretarias:

...as Secretarias de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Fazenda, Viação e Obras Públicas e Relações Exteriores e as repartições que lhes são subordinadas, podendo ser transferidos para o novo Ministério serviços e estabelecimentos de qualquer natureza, dividindo-se em diretorias e secções, conforme for conveniente ao respectivo funcionamento e uniformizando-se as classes dos funcionários, seus direitos e vantagens. (BRASIL, 1930)

Em 1931, com o Decreto Nº 20.886 de 30 de dezembro, o CNT ganhou um novo quadro de pessoal administrativo, técnico e fiscal.

Em 1932 com o Decreto Nº 22.132 de 25 de novembro o CNT passou a ter competências para resolver conflitos em matéria trabalhistas investido de poderes para impor suas decisões.

O Decreto Nº 22.884 de 4 de julho de 1933 tirou da responsabilidade do CNT a fiscalização do cumprimento das obrigações previstas no Decreto de Nacionalização do Trabalho, dessa forma caberia ao Departamento Nacional do Trabalho e não mais ao Serviço de Fiscalização do CNT a fiscalização do cumprimento por parte das empresas da exigência de contratação de dois terço de brasileiros nato. Na ocasião o Serviço de fiscalização do CNT foi extinto.

O Decreto Nº 24.784 de 14 de julho de 1934 “Aprova novo regulamento do Conselho Nacional do Trabalho” alterando também a sua composição. O Decreto também conferia-lhe competências para dirimir conflitos em matéria trabalhista. A organização do CNT era composta da seguinte forma: Conselho Pleno; Primeira, Segunda e Terceira Câmara, Procuradoria Geral e Secretaria. Na secretaria estava inserido: Gabinete do Diretor Geral; Primeira, Segunda e Terceira Seção; Serviço de estatística e atuariado; Serviço de Contadoria; Serviço de Inspeção; Serviço de Engenharia; Protocolo Geral e Arquivo; Biblioteca e Portaria. Essa organização permaneceu até 1939 quando foi criado o Decreto Nº 1.346 reorganizando o Conselho.

Destaca-se aqui a presença da biblioteca e do arquivo, mas, o museu social, previsto no ato de sua criação em 1923 parece não ter se efetivado (UNTURA NETO, 2013, p. 45).

Em 1939, o Decreto-Lei Nº 1.237 foi criado, instituindo assim a Justiça do Trabalho no Brasil. O Decreto-Lei atribui a administração da Justiça do Trabalho aos seguintes órgãos e tribunais: as Juntas da Conciliação e Julgamento e os Juízes de Direito; aos Conselhos Regionais do Trabalho; e ao Conselho Nacional do Trabalho, na plenitude de sua composição, ou por intermédio de sua Câmara de Justiça do Trabalho.

Foi nesse período que o CNT foi elevado ao alto posto de última instância da organização judiciária trabalhista, Tribunal Superior da Justiça do Trabalho, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

Em 1939 o Decreto-Lei Nº 1.346 “Reorganiza o Conselho Nacional do Trabalho” adaptando-o assim a sua nova fase. O CNT passou a ser composto de dezenove membros nomeados em comissão pelo Presidente da República. Duas Câmaras, a Câmara de Justiça do Trabalho e Câmara de Previdência Social, compostas cada uma de nove membros. Junto ao Conselho funcionava a Procuradoria do Trabalho e a Procuradoria da Previdência Social. A Procuradoria do Trabalho se desdobrava em Procuradoria Geral e Procuradorias Regionais. Além desses órgãos, para a execução dos serviços do conselho, existia o Departamento da Justiça do Trabalho, o Departamento de Previdência Social, o Departamento de Serviços Gerais e a Inspetoria. Essa estrutura teve modificações, dadas pelo

Decreto-Lei Nº 2.852, de 10 de dezembro de 1940. O Decreto “Modifica a redação do Decreto-Lei N.º 1.346, de 15 de junho de 1939, que reorganiza o Conselho Nacional do Trabalho” concentrando a fiscalização das Caixas e Institutos no Departamento de Previdência Social.

É somente com o Decreto-Lei Nº 9.797, de 9 de setembro de 1946 que a Justiça do Trabalho integra-se ao Poder Judiciário. A referida lei "Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à Justiça do Trabalho, e dá outras providências" transformando assim o Conselho Nacional do Trabalho em Tribunal Superior do Trabalho, os Conselhos Regionais em Tribunais Regionais do Trabalho, como remanescentes permanecem as Juntas de Conciliação e Julgamento ou 03 juízes de direito. A partir desse momento, esses são os órgãos da Justiça do Trabalho.

O Tribunal Superior do Trabalho foi composto por sete juízes togados (juízes alheios aos interesses profissionais) e quatro representantes classistas, dentre dois dos empregados e dois dos empregadores, e o presidente e o vice presidente que eram nomeados pelo Presidente da República. O Tribunal ao longo do tempo passou por mudanças e reestruturações, inclusive ampliações.

De acordo com a linha do tempo do TST², devido ao crescimento da demanda de processos, em 1951, o então presidente do órgão, Ministro Manoel Caldeira Neves Neto, enviou um ofício ao Presidente da República, Getúlio Vargas, sobre a necessidade da divisão do Tribunal em Turmas, o que já tinha sido colocado como opção no Decreto-Lei de criação do tribunal “O Tribunal poderá, constituir-se em turmas”. A estrutura do Tribunal sofreu modificações e foram criadas oito turmas. De acordo com o Art. 59 do regimento interno são órgãos do Tribunal Superior do Trabalho:

I	-	Tribunal	Pleno;
II	-	Órgão	Especial;
III	-	Seção Especializada em Dissídios Coletivos;	
IV	-	Seção Especializada em Dissídios Individuais, dividida em duas subseções;	e

²<http://www.tst.jus.br/documents/10157/56439862-aa67-4deb-927b-b1d6dad1c7ee>

Parágrafo único. São órgãos que funcionam junto ao Tribunal Superior do Trabalho:

I - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT; e

II – Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT. (BRASIL, 2008)

De acordo com o Art. 111 da Constituição Federal:

O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal. (BRASIL, 1988)

De acordo com Estêvão Mallet pouco há em comum entre a JT de 1941 e a de 2011, ano em que completou 70 anos. Alterações como ampliação de competências, dimensão, estrutura, composição, além de mudanças dos direitos discutidos e do processo trabalhista ocorreram. Segundo o autor mudanças das mais notórias se comparado as que ocorreram no Poder Judiciário.

São mais de mil e trezentas Varas do Trabalho em funcionamento no país, organizadas em vinte e quatro Regiões, com o Tribunal Superior do Trabalho como órgão de superposição, integrado por 27 ministros... Não existe mais no país localidade não compreendida na jurisdição da própria Justiça do Trabalho... Também o número de processos examinados pela Justiça do Trabalho mudou significativamente. Cresceu de maneira exponencial e sem paralelo. (MALLET, 2011)

Utilizamos alguns Atos que se referem à Justiça do Trabalho no Brasil para contextualizar o Tribunal Superior do Trabalho, instituição que abriga o memorial do TST, objeto de estudo do trabalho. Outros Atos, que não citados no texto, também foram publicados, porém, só alguns foram escolhidos para adentrarmos na trajetória da instituição.³

Instalações do CNT e do TST

O CNT foi instalado em agosto de 1923 nas dependências do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na cidade do Rio de Janeiro até a data de novembro de 1930 com a criação do Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, pra onde foi transferido, e permaneceu até 1946 quando da criação do TST. Destaca-se aqui sua subordinação ao Poder Executivo, o que talvez possa explicar o fato do TST ter tido sua primeira sede no Palácio do Trabalho situado no

³ Para ter outra visão da criação do TST veja a tese de mestrado de Marcos Untura Neto, 2013, São Paulo.

centro do Rio de Janeiro onde funcionava a sede do Ministério do Trabalho à época, hoje atual sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. O tribunal permaneceu no Palácio de 1946 a 1971 quando de sua transferência para Brasília, onde teve sua sede instalada no Setor de Autarquias Sul.



Figura 1: Sede TST Palácio do Trabalho- RJ- Fonte: <http://www.tst.jus.br/sedes-da-jt>



Figura 2: Sede TST Setor de Autarquias Sul- DF- Fonte: <http://www.tst.jus.br/sedes-da-jt>

O TST permaneceu no prédio até 2006 quando foi transferido para a recém inaugurada sede no setor de Administração Federal Sul, onde permanece até hoje.



Figura 3: Sede TST Administração Federal Sul- DF- Fonte: <http://www.tst.jus.br/sedes-da-jt>

3 MEMORIAL

Nos deparamos com várias instituições com o nome Memorial. Mas o que significa ser um memorial, especialmente na sua relação com o museu, ainda é objeto de discussão na nossa área. O conceito desse lugar de memória ainda não foi estabelecido e muitas vezes se confunde com o de museu.

Ananda Rocha (2013) na análise da obra de Barcellos, afirma que:

Etimologicamente o conceito de Memorial diferencia-se do conceito de museu, suas semelhanças são apenas em sua forma. Memorial é aquilo que conserva a memória e também pode ser encontrado como parte ou etapa do sagrado, da religião, da eucarística. (BRASIL, 2013)

De acordo com Barcellos “a clara inexistência de uma definição mais consistente do **Memorial** como instituição”, (1999, p.1) é um ponto frágil em nosso campo de estudo e atuação. Para ele, a questão conceitual é fundamental, e essa conceituação poderia alterar as práticas que algumas instituições que tem como nome memorial vem realizando, práticas de instituições similares na forma. É o caso comparado aos museus, que de acordo com o autor “para o senso comum Museus e Memorial são a mesma coisa”, (1999, p.1).

De acordo com Barcellos o ano de 1999 é um momento em que a memória passou a ser objeto de diferentes iniciativas, e a criação de Memoriais uma de suas práticas e que “Instituições governamentais dedicam-se a criar memoriais sem o mínimo critério, a não ser de um conceito sem conteúdo”, (1999, p.9).

O autor faz uma análise de alguns memoriais do Brasil e do mundo e percebe que eles têm como principal função *homenagear*.

Na procura pelos diversos significados de memorial o autor faz uma pesquisa etimológica que não resultou em uma definição específica, (1999, p.6-11). Mas ao analisarmos sua obra podemos perceber a relação direta que o autor faz com a memória institucional, onde “o eixo sobre o qual o trabalho de um memorial deve centrar sua organização é a memória do Estado ou da instituição a que se refere”, (1999, p.11).

Entendemos que memorial ainda é de difícil definição. O mesmo não acontece quando o assunto é o Museu. Como citado anteriormente já existe um conceito estabelecido de museu que pode ser verificado na Lei N° 11.904.

Um fato importante na história dos museus e da profissão de museólogo que pôde ter influenciado na criação de vários memoriais se refere à regulamentação da profissão do museólogo por meio da Lei N° 7.287. Não por acaso que a data da promulgação da lei é a data de comemoração do dia do museólogo, 18 de dezembro. Esta legislação só foi regulamentada um ano depois, em 1985.

A referida lei estabelece uma lista de atividades que são atribuições do profissional museólogo, e para o provimento e exercício desses cargos e funções técnicas na Administração Pública Direta e Indireta e nas empresas privadas, é obrigatória a condição de museólogo. São elas:

- ensinar a matéria Museologia, nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais;
- planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins;
- executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus;
- solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento, específico;
- coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;
- planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;
- promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;
- definir o espaço museológico adequado a apresentação e guarda das coleções;
- informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior;
- dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de museologia nas instituições governamentais da Administração Direta e Indireta, bem como em órgãos particulares de idêntica finalidade;
- prestar serviços de consultoria e assessoria na área de museologia;
- realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem como sua autenticidade;
- orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoa das áreas de Museologia e Museografia, como atividades de extensão;
- orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer-se representar.

(BRASIL, 1984)

Logo, os profissionais que exercessem essas ações estariam fazendo exercício ilegal da profissão, e deveriam responder na justiça por isso. Para tanto foi autorizado a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia que dentre outras atribuições seriam os órgãos de registro profissional e de fiscalização do exercício da profissão.

Essa exigência a princípio era restrita aos museus, por isso, a partir desse momento os museus precisavam ter um museólogo, e é claro, esse requisito

começou a ser cobrado. Esse é um processo lento que ainda está em processo de consolidação.

O movimento que aconteceu nas décadas seguintes e principalmente na de 1990 foi o de que várias instituições começaram a não querer abrir museus, e sim centros culturais, memoriais entre outros. Outras instituições simplesmente trocaram de nome. Essas foram as alternativas das instituições para não se adequarem as exigências da legislação. Um dos motivos para tal impasse era o medo da substituição dos profissionais que já atuavam na área por museólogos, pessoas de outras formações que se sentiam ameaçadas.

Podemos observar então, a grande quantidade de memoriais de que Barcellos fala em seu estudo, criados nesse período de 1990.

Porém, a lei nº 11.904 de 14 de Janeiro de 2009 que “Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências” define o significado de museus. Dessa forma não são mais considerados museus as instituições que têm como nome ou se auto declaram museus, mas sim:

as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

Portanto, a partir desse momento até essas instituições que não se denominavam museus entram nessa legislação, logo precisando cumpri-la.

Essa legislação enumera as várias ações que são inerentes à museologia e reforça a legislação do profissional museólogo. De acordo com o Art. 8º, parágrafo 1º da referida lei “A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984” que se refere à legislação do profissional museólogo, logo aquelas várias atividades citadas anteriormente. É possível perceber que essa lei se refere à legislação do museólogo.

A lei exige uma série de requisitos para um museu funcionar, inclusive ter um museólogo, levando-se em consideração a realização das atividades estabelecidas e necessárias desse espaço.

É válido lembrar o caráter multidisciplinar necessário para o bom funcionamento de um museu. Não é necessário um museólogo pra cuidar do arquivo, fazer pesquisas históricas entre outras atividades. As atividades que são exclusivas desse profissional são as 14 supracitadas mencionadas na legislação. É por isso que um museu existe com vários profissionais.

A lei observa o prazo de cinco anos para os museus adequarem suas estruturas, recursos e ordenamentos. Os museus federais já em funcionamento deveriam proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos da lei no prazo de dois anos. Uma curiosidade em relação aos museólogos e a essa necessidade desses profissionais nos museus é que o primeiro curso de Técnicos de Museus foi criado em 1932 pelo Museu Histórico Nacional. Com o tempo o curso foi passando por reformulações. Em 1951 o curso de museus alcançou o nível de ensino superior por meio de um convenio entre o Museu Histórico Nacional e a Universidade do Brasil, só se efetivando nos anos 1970. Hoje, temos cerca de 16 Cursos de Museologia em universidades públicas.

Logo, com a legislação de 2009 que entraria em vigor em cinco anos, ou seja, 2014, não haveria mais a necessidade dessa mudança de nome, já que o fator determinante eram as ações, as atividades que são realizadas em cada instituição. Então, a discussão do que diferencia um museu de um memorial ainda continua. Se a instituição é um museu, deve realizar as ações inerentes a ele. Se é um memorial, pode ser também um museu, mas então, porque não se auto declarar/ se chamar *museu*?

Ao realizar essas especulações a respeito do termo memorial tínhamos como objetivo entender como e por qual razão o Memorial do TST foi criado. No relatório que deu origem a instituição os dois termos, museu e memorial, foram usados. No final da pesquisa descobrimos que o memorial não se encaixa nas alternativas já mencionadas.

Não podemos deixar de apresentar a hipótese de que a opção por memorial ou museu seja decorrência de um desconhecimento acerca dessas questões de natureza teórica tão afetas ao campo específico da Museologia.

De diferentes elementos comuns a memoriais e a museus temos a questão da memória, quer coletiva ou social. A discussão que se segue objetiva debater o problema da memória em museus e memoriais, tendo como base dois autores consagrados do campo.

De acordo com Pierre Nora (1993) quando não há mais meios de memória, ou seja, pessoas vivas, a sociedade funda lugares de memória. Em suas palavras, “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”, (1993, p.8). Ainda segundo sua avaliação, “(...) fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, (1993, p.7). Essa é uma dualidade existente entre a memória e a história, onde elas se opõem: a memória seria algo vivo e a história algo morto.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações ...é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente... a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções ... A memória instala a lembrança no sagrado... emerge de um grupo que ela une... ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada... se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto... A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993)

Com a emergência da historiografia, e o registro sistemático da memória, ela propriamente dita, foi sendo substituída por objetos, coisas, documentos “uma memória que se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível”, (NORA, 1993, p.11), com a intenção de a propagarem para a eternidade. Essa é uma necessidade contemporânea de tudo registrar e guardar mesmo que não tenha sentido para as próximas gerações. Esse seria um movimento das ilusões da eternidade. De acordo com o autor “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.” (NORA, 1993, p.9).

Então, os ditos lugares de memórias que estudamos hoje, temos os museus, arquivos, cemitérios, monumento, santuários que “são os marcos testemunhas de

uma outra era”, onde não há mais memória espontânea porque essas operações não são naturais, ao contrário, se ainda fossem não haveria a necessidade de construí-las. “O tempo dos lugares é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória para só viver sob o olhar de uma história reconstituída” (NORA, 1993, p.12).

Ao se construir esses lugares, é como se a história se apoderasse, petrificasse, transformasse e deformasse essas lembranças ou memória. O ato da memória que era vivida como espontânea, agora é vivida como um dever “Menos a memória é vivida no interior, mais ela tem a necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas.”, (NORA, 1993, p.14). Então, “O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar.” (NORA, 1993, p.15).

Então os lugares de memória só são lugares de memória propriamente ditos se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Para a existência desses lugares é necessário uma vontade de memória, caso contrário, na falta dessa intenção, esses lugares se tornariam lugares de história.

Diferente dos objetos históricos, os lugares de memória não têm referentes na realidade, eles são seus próprios referentes.

Nesse sentido o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. (NORA, 1993)

Não foram pessoas que se identificaram com a causa, e sim a vontade de um ministro que autorizou um grupo de pessoas a construírem um documento de idealização de um memorial, justamente para não perder essa história, todo o processo de construção e mudança que o respectivo órgão passou, e para exaltar, é claro, sua relevância na sociedade.

Posso dizer que a memória salvaguardada dentro dos memoriais, e no caso específico do Memorial do TST, é a memória enquadrada, de acordo com Pollak (1989). Essa memória se constitui fortemente mantendo a coesão interna e

defendendo as fronteiras que um grupo tem em comum, que são de acordo com o autor as duas funções essenciais da memória comum.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes... A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989)

4 MEMORIAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nesse capítulo faremos o estudo de caso do Memorial do TST, criado em 2000 que tem como objetivo, segundo sua página oficial, “a preservação, a organização e a difusão cultural de documentos e objetos que recuperem e reconstituam momentos importantes da História da Justiça do Trabalho”. (<http://www.tst.jus.br/memorial>)

O Memorial está inserido na Coordenadoria de Gestão Documental e Memória (CGEDM), no Setor de Divulgação da Memória Institucional (SDMI) que conta com o apoio do Setor de Preservação da Memória Institucional (SPMI). O SPMI conta com um laboratório de restauração documental localizado no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN) responsável por “evitar a deterioração da documentação histórica do Conselho Nacional do Trabalho - CNT e do Tribunal Superior do Trabalho - TST”. A direção do SDMI e do SPMI é composta por arquivistas.

A CGEDM, sob a orientação da Comissão de Documentação do TST, vem cumprindo os objetivos definidos no Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (Ato Conjunto n°. 11/TST.CSJT.GP), tais como:

- Consolidar a memória institucional mediante a realização de inventário de documentos e das peças de interesse histórico;
 - Desenvolver o repositório de memória da Justiça do Trabalho;
 - Preservar e divulgar o acervo histórico;
 - Fomentar a pesquisa de temas relacionados à história e à evolução do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho.
- Sua atuação institucional visa o cumprimento da meta estratégica: “Fortalecer a imagem do TST perante a sociedade”. (<http://www.tst.jus.br/web/programa-nacional-resgate-memoria-jt>)

Dentre os projetos realizados pela CGEDM estão: Memorial do TST, Semana da Memória, Exposições Temporárias e de Longa Duração, Programa de História Oral, Rede Nacional de Pesquisadores da Justiça do Trabalho (JT), Conservação e Restauração Documental e Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho.

A coordenadoria mantém a exposição de longa duração que nos mostra um pouco sobre a memória da instituição e da JT, além de fatos importantes que aconteceram ao longo dos anos, e exposições temporárias. As exposições temporárias são idealizadas pela coordenadoria e pelos ministros do TST. São

realizadas no memorial, onde se encontra a exposição de longa duração. Em ocasiões especiais, são montados no saguão térreo do prédio e no corredor de acesso do mezanino. Quando solicitado essas exposições são levadas para outros órgãos.

O espaço cultural, Memorial do TST, encontra-se no Mezanino do Bloco "B", edifício sede do TST, localizado no Setor de Administração Federal Sul, Brasília DF. A coordenadoria faz a salvaguarda de três fundos arquivísticos: do CNT, do TST e do primeiro Ministro do TST, Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes.



Figura 4: Exposição do Memorial do TST 2016- Autoria: Julyelenn Almeida out/2016



Figura 5: Exposição do Memorial do TST 2016- Autoria: Julyelenn Almeida out/2016

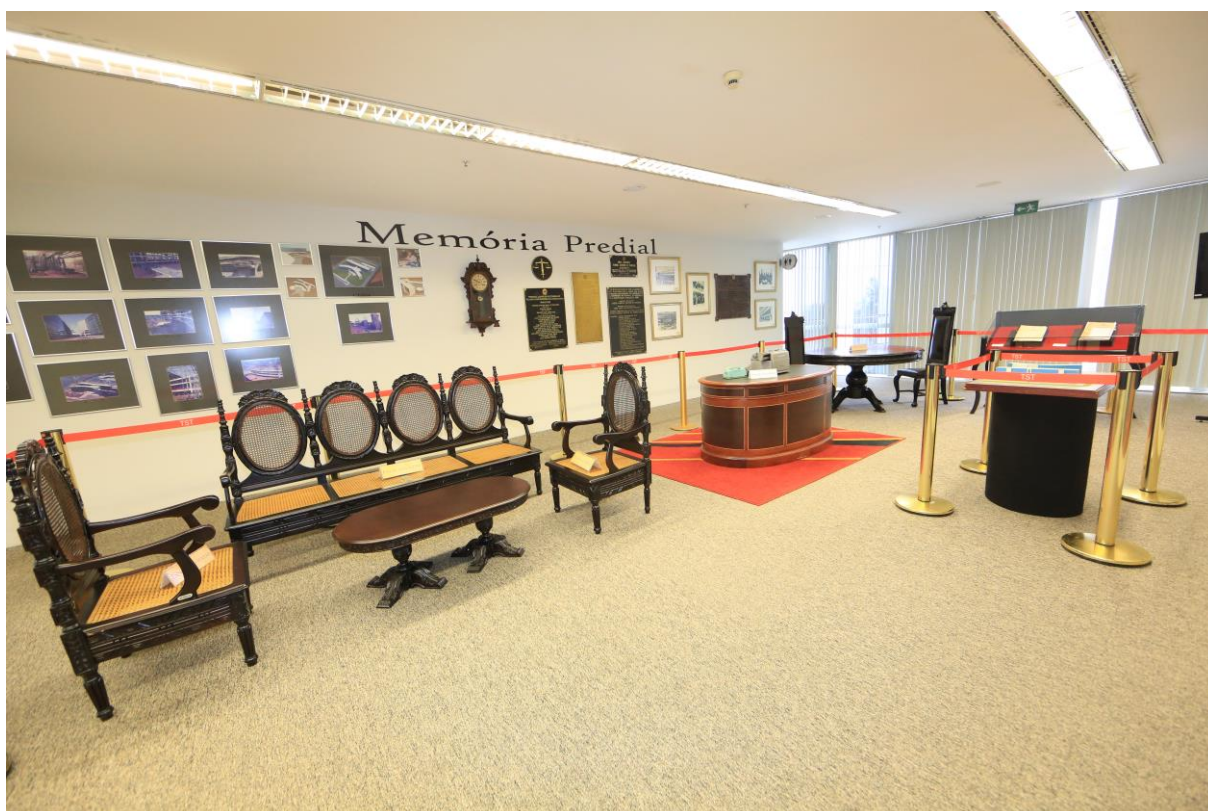


Figura 6: Exposição do Memorial do TST 2016- Fonte: Coordenadoria de Gestão Documental e Memória

Nossa análise se dará a partir do seu projeto de criação até a sua transferência para a CGEDM, coordenadoria em que se encontra atualmente.

O memorial foi criado por meio do Ato Nº 234/SERH.GDGCA.GP, de 9 de maio de 2000, quando o Ministro Presidente Wagner Pimenta autorizou e assinou a constituição do grupo de trabalho que elaborou o projeto de criação do memorial. O referido Ato resolve:

Constituir Grupo de Trabalho, integrado pelos servidores abaixo relacionados, com o objetivo de organizar e selecionar documentos históricos do acervo do Tribunal Superior do Trabalho para constituição de memorial, com prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação deste Ato para apresentação de relatório. (BRASIL, 2000)

O grupo se constituía de seis pessoas, sendo um coordenador e o restante, membros. Eram eles:

- Geraldo de Genaro- Diretor de Serviço de Multimídia
- Regina Lúcia Brandão Lima Jaeger- Diretora do Serviço de Conservação e Arquivo⁴
- Ana Celi Maia de Miranda- Diretora da Subsecretaria de Documentação
- Luiza Pereira Santana- Assistente da Subsecretaria de Documentação
- Carla Ribas de Andrade Blanco- Assistente do Cerimonial da Presidência
- Fernanda Márcia Alves Sampaio- Assistente da Assessoria de Comunicação Social

Esses eram os servidores e os respectivos setores em que trabalhavam à época em que o relatório foi realizado. O primeiro da lista era o coordenador do grupo.

De acordo com relatório datado de 19 de junho de 2000 a instalação do memorial deveria “reunir o corpo vital da história de uma semente lançada no solo brasileiro em 1º de maio de 1941”, data referente à Justiça do Trabalho.

O relatório foi dividido da seguinte forma: apresentação; atividades desenvolvidas para a montagem da exposição temporária no TST, de autoria da museóloga Célia Maria Corsino; material levantado que poderá vir a compor o trabalho; subsecretaria de documentação; serviço de documentação e arquivo;

⁴A formação acadêmica dos entrevistados, Geraldo de Genaro e Regina Lúcia Brandão Lima Jaeger, é respectivamente: Jornalista, Repórter Fotográfico e Assistente Social.

serviço de multimídia; área prevista para o memorial; conclusão; anexos I, II, III, IV e V; fotos de mobiliários fornecidos pelo TRT da 1ª Região e fotos de mobiliários existentes no TST.

Pelo que já podemos observar, esse processo se iniciaria com a montagem de uma exposição “uma pequena exposição que terá como objetivo lançar o embrião que dará vida a esta grande obra.” (2000, p.3).

Para fins de análise, apresentaremos o relatório em partes, para somente no final, colocar os meus pontos de inquietude.

Na primeira parte, o relatório é apresentado como: "um projeto de estudos que venha a viabilizar a instalação do Memorial do TST". É exaltado o imenso tesouro de que o órgão é portador, porém, alguns pontos negativos também são apresentados como a deterioração desse patrimônio e a necessidade de providências. Para a construção do projeto algumas providências foram tomadas:

- Levantamento da história do TST por meio de documentos escritos, mobiliário, fotografias, obras de artes e outros;
- Catologação de fotos e documentos de áudio e vídeo;
- Pesquisa em outros memoriais de instituições governamentais;
- Contratação da assessoria de uma museóloga;
- Levantamento de área de exposição inicial do acervo;
- Providências para a confecção de sete vitrines adequadas ao armazenamento dos documentos e objetos a serem expostos;
- Providências adaptação de iluminação na área da exposição;
- Aquisição de um manequim para a exposição de uma toga de gala. (BRASIL. 2000)

Em um segundo momento são listadas as atividades desenvolvidas para a montagem da exposição. Nessa parte é importante destacar que a exposição seria temporária, "Atividades desenvolvidas para montagem de exposição temporária no TST".

- Levantamento de bibliografia para levantamento de roteiro de exposição;
- Pesquisa de textos para a exposição;
- Definição do Roteiro da Exposição;
- Elaboração dos textos que deverão compor os painéis da exposição;
- Seleção de fotografias para ampliação e colocação nos painéis, a partir previamente selecionadas pelo Grupo de Trabalho;

Especificação de materiais e serviços necessários para a montagem da exposição (desenhos, vitrines, painéis, iluminação, umidificadores, definição de textos);

Seleção de acervo documental para a exposição a partir da seleção prévia realizada pela equipe técnica do Arquivo do TST;

Elaboração de layout preliminar da exposição com definição dos suportes;

Adequação do projeto de museografia às possibilidades de aquisição de materiais e serviços do TST;

Seleção do acervo de mobiliário histórico, que deverá ser transferido ou emprestado, pertencentes ao TST quando no Rio de Janeiro;

Pareceres em processos referentes à aquisição de materiais e serviços (umidificadores, marcenaria);

Elaboração de texto sobre a criação de Museus e os requisitos mínimos, para ser anexada ao relatório final do GT. (BRASIL, 2000)

No levantamento que deveria vir a compor o memorial realizado por três unidades foram listados alguns documentos. O serviço de conservação e arquivo além do levantamento, realizou o contato verbal com o ex-servidor do TST Ivan Perrelle com a intenção de realizar a memória oral do TST. Solicitou a três servidores fotos de seus ancestrais que participaram do Conselho Nacional do Trabalho. Elaborou sete memorandos para: aquisição de vitrines, climatização, iluminação, solicitação de uma toga de gala ao serviço de apoio administrativo, aquisição de manequim, contratação de consultora, aquisição de divisórias.

O serviço de multimídia catalogou 21 fitas de vídeo e 106 de áudio de eventos relacionados ao tribunal e a Justiça do Trabalho, além de áudios e vídeos das Salas de Sessões e do auditório Barata e Silva desde 1970. O setor de fotografias catalogou o acervo fotográfico de 1971 até 2000 e o acervo de 1968 até 1971 doado por Geraldo de Genaro.

No que se refere à catalogação desses documentos, o que encontramos é a listagem dos mesmos com algumas informações como o assunto ou evento que se refere, quantidade, data e número.

A área prevista para o memorial seria o Saguão localizado no Térreo do edifício sede, ao lado do Tribunal Pleno, de acordo com o relatório “Localizado num ambiente nobre, de fácil acesso ao público visitante...” (2000, p.7). O saguão detém um espaço de aproximadamente 730m², e 80m² seriam destinados à exposição permanente. O restante do acervo que não fosse usado nessa exposição, a

permanente, permaneceria no lugar que se encontrava, podendo ser utilizado para futuras exposições temporárias que acontecessem.

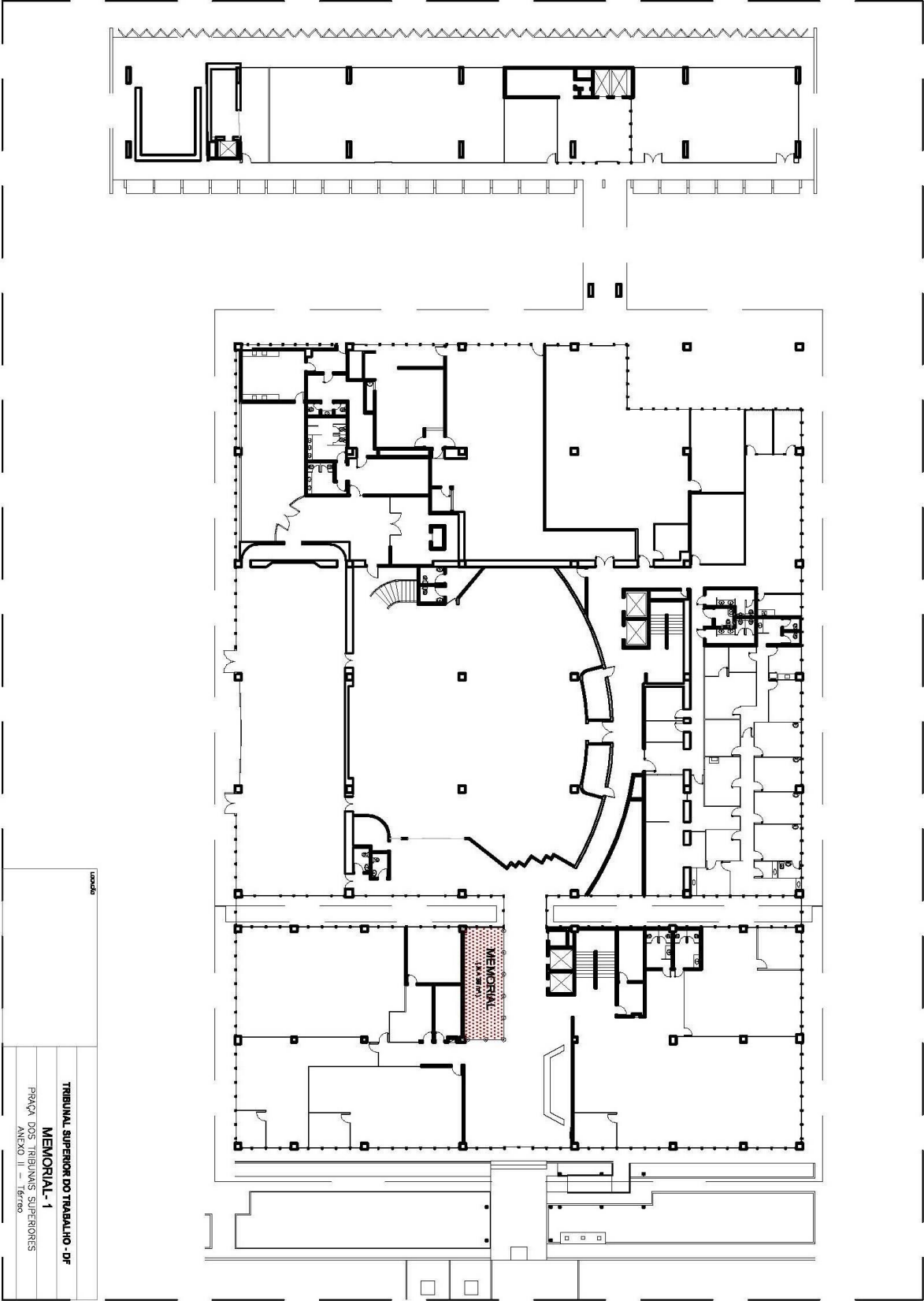


Figura 7: Planta do Memorial do TST 2000- Fonte: Coordenadoria de Manutenção e Projetos

Em suas conclusões, o Grupo de Trabalho constatou o cumprimento de sua missão além do que era almejado pelo ato de criação, e que pelo progresso alcançado propunha a abertura da exposição para o dia 28 de junho do mesmo ano. Outra conclusão a que o grupo chegou foi a consideração da possibilidade de criação da Comissão permanente do Museu do TST.

Ao ler o relatório percebemos o uso de alguns termos sem um conceito bem estabelecido como museu, memorial, exposição permanente e temporária. Dessa forma não é possível afirmar se o GT idealizou um memorial ou um museu, ou até mesmo uma exposição temporária ou permanente.

Na área prevista para o memorial percebemos uma dualidade na colocação dos termos museu e memorial, visto que os participantes do grupo argumentam que o tamanho do local seria um problema para a instalação de um museu, "o Tribunal Superior do Trabalho não detém um espaço do tamanho suficiente para a instalação de um museu à altura de sua magnitude, e que comporte todos os objetos já identificados como integrantes de sua história..." (2000, p.7), porém, esse mesmo local poderia ser perfeitamente adaptado para um pequeno memorial. E por que não um pequeno museu?

Tendo como base a inexistência de algum documento que determine o tamanho ideal de um museu, a justificativa do GT não tem embasamento teórico. É claro que em um museu alguns aspectos são necessários como uma reserva técnica, sala de quarentena, laboratório de conservação e de documentação. Mas então o que mudou para que passasse de um pequeno memorial para um museu? Percebendo assim uma diferença dada para os dois locais pelo tamanho exigido.

Porém na conclusão esses dois termos não são mais diferenciados e são usados da forma que convém à redação do relatório. No começo dessa última parte do relatório, é exaltado o demonstrativo levantado que poderia vir a compor o Memorial; posteriormente é falado do acervo que ainda está em uso, mas, que poderia ser transferido para o museu, depois fala-se de uma mostra permanente e assim consideram a criação da comissão permanente do Museu do TST.

Poderíamos perceber aqui uma linha evolutiva, onde temos em sequência uma exposição temporária, um memorial, uma exposição permanente e enfim um museu?

O relatório da museóloga Célia Maria Corsino, contratada para prestar assessoria, se refere à criação de um museu. Observa-se, inclusive, ênfase quando fala das ações que deveriam ser realizadas, ações inerentes a um museu. Em momento algum a autora fala em memorial, e quando fala das exposições temporárias não descarta de nenhuma forma a permanente. De acordo com a autora o texto escrito para o GT "visa fornecer alguns conceitos básicos que devem estar presentes quando da criação de uma unidade museológica".

No mês seguinte da publicação do relatório do GT, o Ato Nº 331/SERH.GDGCAGP de 18 de julho, que posteriormente foi revogado, atribuía a Subsecretaria de Documentação a incumbência de manter o *memorial*. O Ato resolve:

Atribuir ao Serviço de Documentação a incumbência de manter o espaço cultural denominado "Memorial do TST", localizado no saguão do pavimento térreo do Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho, acrescentando-lhe elementos que sirvam de subsídio à história do Tribunal e da Justiça do Trabalho, sob a supervisão e orientação da Comissão de Documentação. (BRASIL, 2000)

O Ato Nº 160/GDGCA.GP de maio de 2001, que também foi revogado, dava ao Serviço de Conservação e Arquivo a incumbência de manter o *memorial*. Este Ato entraria em vigor no dia da sua publicação e revogaria o anterior, Nº 331. O Ato resolve:

Fica o Serviço de Conservação e Arquivo incumbido de manter o espaço cultural denominado "Memorial do TST", localizado no Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho, acrescentando-lhe elementos que sirvam de subsídio à história do Tribunal e da Justiça do Trabalho, sob a orientação da Comissão de Documentação. (BRASIL, 2001)

Por meio da coleta de dados, servidores da instituição nos forneceram alguns materiais para pesquisa, dentre eles, um panfleto do referido memorial. No panfleto o Serviço de Conservação e Arquivo (SRCAR) é apresentado, seu histórico, função, estrutura e acervo. Logo em seguida, podemos encontrar um breve histórico do memorial e seu objetivo: "Resgatar e preservar, dentro de um contexto espaço-temporal, a memória e o patrimônio institucional do TST como parte inerente ao desenvolvimento nacional do país". Diferenciando-se do objetivo colocado pelo relatório do GT. Nesse contexto o SRCAR estava subordinado ao Gabinete da

Resgatar e preservar, dentro de um contexto espaço-temporal, a memória e o patrimônio institucional do TST como parte inerente ao desenvolvimento nacional do país

Machado de Assis

O. Ao: SERH. GDGCA.GP. Nº234/2000
assinado pelo excelentíssimo Presidente do
TST, Ministro Wagner Antônio Pimenta,
constituiu Grupo de Trabalho, com o objetivo
de organizar e selecionar os documentos
históricos do acervo do TST, visando à
constituição do Memorial.

Em 18 de julho de 2000, o ATO. SERH. GDGCA.GP Nº 331 atribuiu à Subsecretaria de Documentação, a incumbência de manter o espaço cultural “Memorial do TST”.

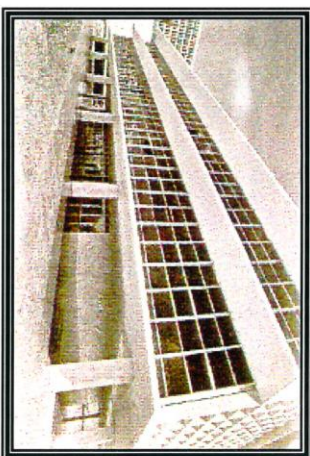
É a partir do ATO GDGCANº 160/2001, de 11 de maio de 2001 que o Serviço de Conservação e Arquivo assume o MEMORIAL.

Tribunal Superior do Trabalho - TST
Francisco Fausto Paula de Medeiros – Ministro
Presidente

**Gabinete da Diretora-Geral de
Coordenação Administrativa - GDCA**
Gustavo Caribé de Carvalho – Diretor-Geral

Secretaria Administrativa - SEAD
Cláudia Bruno Castello Branco – Diretora

Serviço de Conservação e Arquivo – SRCAR
Ana Rosa de Sá Barreto dos Santos - Diretora

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E ARQUIVO
SRCAR

MEMORIAL

Figura 8: Panfleto da SRCAR- Fonte: Coordenadoria de Gestão Documental e Memória

SRCAR – Serviço de Conservação e Arquivo

Histórico

Em 1935 o CNT – Conselho Nacional do Trabalho, constitui comissão para elaborar plano de organização dos serviços de protocolo, registro e guarda de papéis – Seção de Protocolo Geral

A Portaria TST-7 de 09 de julho de 1951 aprova alterações no Regimento onde o Arquivo passa a compor a Seção de Protocolo e Arquivo.

A Resolução Administrativa 744/2000, de 26 de outubro de 2000, aprova o Programa de Gestão de Documentos do TST, integrando o já denominado Serviço de Conservação e Arquivo ao Sistema de Informações Judiciais



Sala de Consulta/Pesquisa



Arquivo Permanente



Mesa de trabalho

Função:

- ☐ Controlar e tratar, de forma técnica, a documentação produzida e recebida pela organização;
- ☐ Preservar a informação, garantindo sua integridade e a continuidade racional dos trabalhos, permitindo o resgate da memória da organização;
- ☐ Possibilitar aos usuários o aproveitamento das informações disponíveis e,
- ☐ Maximizar a eficácia do atendimento na recuperação da informação

Estrutura:

O Serviço de Conservação e Arquivo – SRCAR é composto por uma Diretoria e 02 Setores – Setor de Arquivo Corrente e Intermediário – STACI e Setor de Arquivo Permanente - STAP

Compete ao STACI a classificação e avaliação de documentos/processos provenientes dos arquivos administrativos e judiciais do TST. Na classificação o STACI atribui valoração e temporalidade aos documentos, obedecendo aos prazos e destinação da Tabela de Temporalidade do TST.

Compete ao Arquivo Permanente a guarda e conservação de documentos que adquiriram valores de interesse histórico e de pesquisa, preservando a memória da instituição.

Serviços:

O SRCAR oferece aos seus usuários Internos e Externos, serviços de pesquisa e consulta in loco, por telefone, fax e E-mail.

Acervo:

- Seu acervo é Constituído de:
- ☐ Fundo CNT (1923-1946)
 - ☐ Processos Judiciais
 - ☐ Processos Administrativos
 - ☐ Acórdãos (1947-2001)
 - ☐ Notas Taquigráficas (1947-1997)
 - ☐ Doc. Administrativos em geral (atas, resoluções, portarias, livro de ponto, dossiês, etc..)

Horário de Atendimento:

Expediente Interno: 9h às 19h
Usuário Externo: 12h às 19h

Endereço:

SAAN – Quadra 03 – Lote 915/965, – 1º andar – S/103
Fone: 0 xx 61 362-5155
E-mail: arquivo@tst.gov.br



Tribunal Pleno

Cinco anos depois foi publicado o Ato Nº 300/GDGCA.GP. O Ato de 4 de outubro de 2006 incumbia o Cerimonial da Presidência de manter o memorial sob a orientação da Comissão de Documentação. O Ato entraria em vigor na data de sua publicação e também revogava o anterior Nº 160,

Fica o Cerimonial da Presidência incumbido de manter o espaço cultural denominado "Memorial do TST", localizado no Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho, acrescentando-lhe elementos que sirvam de subsídio à história do Tribunal e da Justiça do Trabalho, sob a orientação da Comissão de Documentação. (BRASIL, 2006)

Não é possível identificar apenas por meio da pesquisa documental o porquê desse intervalo de tempo tão grande entre as publicações dos documentos. Outra questão que me deixou curiosa é que na biblioteca digital do TST, não é mencionado como acontece nos Atos anteriores a situação do referido Ato, ou seja, se ele foi revogado ou não.

Dois anos depois, em dezembro de 2008 é publicado o Ato nº 777/GP que incumbe o Cerimonial da Presidência de administrar o memorial com o apoio da Coordenadoria de Gestão Documental (CGED). Esse é o primeiro Ato que menciona o local que o memorial se encontra hoje.

O espaço cultural localizado no mezanino do Bloco B denominado "Memorial do TST" será administrado pelo Cerimonial da Presidência.

A Coordenadoria de Gestão Documental prestará apoio ao Cerimonial da Presidência na seleção e preservação de documentos de valor histórico em exposição no "Memorial do TST".

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. (BRASIL, 2008)

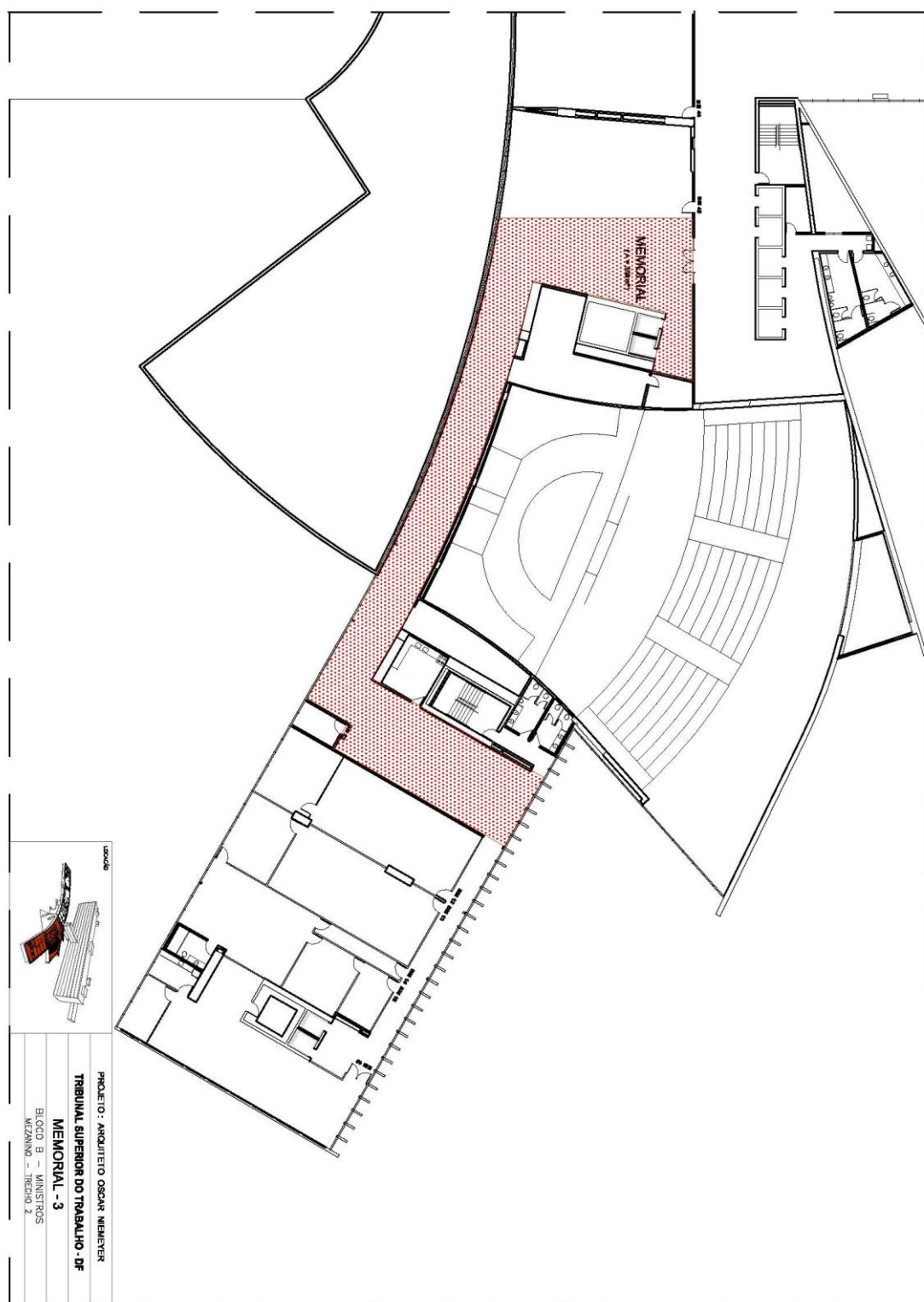


Figura 10: Planta do Memorial do TST 2016- Fonte: Coordenadoria de Manutenção e Projetos

Na publicação do Ato anterior também não é mencionado se foi revogado. Nenhum outro Ato foi publicado por um pouco mais de dois anos, até que o Ato do

Programa Nacional de Resgate da Memória da JT entrasse em vigor, colocando a presidência do TST como um dos seus responsáveis.

O Ato Conjunto Nº 11/TST.CSJT.GP, de 03 de maio 2011 “Institui o Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho”, e tem como objetivos:

Consolidar a memória institucional mediante a realização de inventário dos documentos e das peças de interesse histórico;

Desenvolver o repositório da Memória da Justiça do Trabalho;

Preservar e divulgar o acervo histórico; e

Fomentar a pesquisa de temas relacionados à história e à evolução do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho. (BRASIL, 2011)

De acordo com o referido documento é de responsabilidade da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em conjunto com a Comissão de Documentação do TST, coordenar as atividades desse Programa.

E por fim, depois de 11 anos do Ato que cria o memorial é publicado a Resolução Administrativa Nº 1.485 de 6 de dezembro de 2011 que transfere a responsabilidade do memorial para a CGED, criando a seção de Memória, Estudos e Pesquisas e mudando seu nome para Coordenadoria de Gestão Documental e Memória (CGEDM).

Art. 1º. A Coordenadoria de Gestão Documental passa a denominar se Coordenadoria de Gestão Documental e Memória.

Art. 2º. É criada a Seção de Memória, Estudos e Pesquisas, sem aumento de despesa, subordinada à Coordenadoria de Gestão Documental e Memória, com o objetivo de fomentar o regaste, a preservação e a divulgação da memória do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 1º Uma função comissionada de Assistente 5, nível FC-5, vinculada à Tabela de funções comissionadas da Secretaria-Geral Judiciária, é transformada em uma função comissionada de Supervisor de Seção, nível FC-5, vinculada à Seção de Memória, Estudos e Pesquisas.

§ 2º As atribuições da Seção de Memória, Estudos e Pesquisas constarão do Regulamento Geral da Secretaria do Tribunal.

Art. 3º. O espaço cultural denominado “Memorial do TST” é transferido para a Coordenadoria de Gestão Documental e Memória.

Art. 4º. Duas funções comissionadas de Assistente 5, nível FC-5, e quatro funções comissionadas de Assistente 3, nível FC-3, da Tabela de funções comissionadas da Secretaria-Geral Judiciária são transformadas, sem aumento de despesas, em: a) três funções comissionadas de Assistente 4, nível FC-4, e uma função comissionada de Assistente 3, nível FC-3, vinculadas à Tabela de funções comissionadas da Secretaria-Geral Judiciária; b) uma função comissionada de Assistente 3, nível FC-3, e uma função comissionada de Assistente 2, nível FC-2, vinculadas à Tabela de

funções comissionadas da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória;

Art. 5º. Esta Resolução Administrativa entrará em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2011)

De acordo com o Cadastro Nacional de Museus, o Memorial do Tribunal Superior do Trabalho está em situação de funcionamento. Possui natureza administrativa pública federal. Foi criado no ano de 2000 e sua abertura apenas em 2011. Possui tipologia de acervo arquivístico, histórico, documental entre outros. Fica aberto ao público de segunda a sexta das 8:00 as 19:00. Não é necessário agendamento para a visitação do público em geral. Não é cobrado ingresso. Não possui infraestrutura para o recebimento de turistas estrangeiros. As instalações destinadas as pessoas com deficiência são apenas as vagas exclusivas no estacionamento. O museu promove visitas guiadas. Possui biblioteca e arquivo abertos ao público.

De acordo com a entrevista dada pelo servidor Geraldo de Genaro, coordenador do GT de criação do Memorial (Anexo 4) a idealização do memorial do TST se deu pela necessidade que via de preservar a história do TST: “nossa, isso daqui é história, não deveria estar aqui dentro de uma pasta” (p.61). Observamos pelo seu relato que mais do que preservar, ele identificava uma necessidade de divulgar “... eu via aquelas coisas antigas no tribunal e achava que aquilo tinha que estar em algum lugar onde todos pudessem ver. E essa ideia veio “poxa, por que o tribunal não tem um museu, não tem um memorial”...” (p.62). Essa ideia apoiada pelo então Presidente do Tribunal Ministro Presidente Renato Machado não foi concretizada na época em decorrência de sua morte causada por um câncer ainda em seu mandato que teve início em 1976 até 1978 quando de seu falecimento.

E com isso descobri mais antiguidade do tribunal porque na área, na parte do desenho mesmo tinha ali umas relíquias, bico de pena do tempo de D. João Charuto 6º que são aquelas penas mesmo que a pessoa tinha que pingar o nanquim nela pra poder desenhar ou escrever. E eu “gente o tribunal tem história, e o tribunal como que não tem um museu”, e o Renato Machado falava assim “essa ideia é muito boa, podemos colocar em prática. Você vai dando uma olhada aí em tudo o que nós temos” e eu falei “a no arquivo principalmente ministro tem lá documentos históricos, documentos espetaculares. E eu não sei porque eu não entendo disso mas a conservação daquilo dentro de caixas, eu acho que daqui a pouco vai dar um cupim, vai dar um bichinho e vai destruir isso, se agente não tratar ”... (BRASIL, p. 63)

De acordo com Genaro essa ideia ficou parada até 2000 quando o Presidente do TST, Ministro Wagner Pimenta, assinou o Ato que constituía o Grupo de Trabalho responsável por fazer o projeto de um memorial da instituição.

...eu não lembro nem como é que foi. Porque foi uma coisa assim, uma reclamação que eu fiz, eu digo “poxa o tribunal, a gente nunca consegue demonstrar a história do tribunal, ninguém vê a história do tribunal” e eu não sei se ele pensou nisso ou se alguém o incentivou, eu sei que quando vi ele tinha lá, feito um ato com uma comissão onde eu era o coordenador. (BRASIL, p.67)

O Ato dava um prazo de 30 dias para a apresentação do relatório que foi entregue já com uma mostra do memorial no saguão do prédio localizado no Setor de Autarquias Sul.

Se eu não me engano foi em maio que foi instituído a comissão, eu devo ter aqui em casa o dia exato, eu tenho até esse Ato que algumas coisas que diz respeito a mim eu tirei cópia e guardei. Ato 234 de 2000, e em julho nós entregamos o projeto do memorial, um relatório já com muitas coisas em exposição no saguão do tribunal. (BRASIL, p. 68)

A mostra já contava com;

Togas antigas, processos, livros, móveis, até móveis conseguimos trazer do Rio de Janeiro. Uma mesa com as cadeiras que foi assim, da época do Conselho Nacional do Trabalho...

Estava no prédio do Rio de Janeiro, mas aí conversando com o presidente de lá e tal, e conseguimos trazer algumas coisas que tinha lá, alguns móveis. (BRASIL, p. 68)

De acordo com o entrevistado essa rapidez na montagem da exposição e na realização do relatório se deu por conta da relação do acervo que ele já conhecia e que já havia feito o levantamento, e por conta do auxílio da museóloga contratada pelo tribunal para dar consultoria ao grupo.

Quando questionado sobre a real data em que o memorial foi inaugurado, o que Genaro sugeriu foi que uma possível segunda inauguração pudesse ter acontecido devido à transferência do tribunal para a nova sede em 2006. Ele não mencionou alguma inauguração posterior a essa data “... O que aconteceu foi que nós inauguramos sim lá no TST nessa época, 2000... Mas o que aconteceu eu vou te explicar, em 2006 o tribunal mudou...” (p.69).

Por meio da pesquisa documental observamos que em 2011 o que é colocado como “inauguração”, no Cadastro Nacional de Museus, seria a reinauguração do memorial ocasionada pela transferência para outra coordenadoria, a CGEDM, assinada pelo Presidente do TST Ministro João Oreste Dalazen. O que nos deu a

entender é que o memorial está inserido no órgão como um objeto de poder, indicando que provavelmente existiu uma disputa, disputa política, com os setores que “inauguraram” o memorial.

Observamos pela fala de Genaro que não havia uma diferenciação entre os termos museu e memorial e que da parte do mesmo não havia muito conhecimento na área de museus e sim uma vontade de contar a história do órgão.

As pessoas tem ideias um pouco diferentes. Porque assim, é instinto meu, não conhecimento. Conhecimento zero da área de memorial, área de museologia, mas eu acho que é uma coisa do coração. Você nasce é uma história, vem seus filhos, vem seus netos. E isso não é bonito como recordamos e quando outras pessoas participam? Aí você imagina uma instituição que faz parte do povo, que é de todo um ser, por que não você dar conhecimento da área pedagógica. E eu acho que assim, isso foi automático, do meu coração querer que o TST colocasse pra fora a sua história, eu queria... (BRASIL, p.71- 72)

O mesmo podemos perceber na fala de Regina Lúcia Brandão Lima Jaeger, nossa segunda entrevistada (Anexo 5). A servidora que na época era diretora do Serviço de Arquivo e Conservação, setor que hoje é o responsável pelo memorial, nos relata que a idealização do memorial se deu por amor à instituição e ao trabalho que realizavam, “Nós não fazíamos nada pra aparecer não... nós fazíamos por idealismo mesmo, por amor.” (p.90). De acordo com a mesma, quem levou a ideia da construção do memorial para o Ministro Presidente Wagner Pimenta foram eles, componentes do grupo de trabalho, liderados por ela e por Genaro,

Nós levamos a ideia pra ele e nessa época eu comecei a fazer parte do Conselho Nacional de Arquivo, e aí nos levamos a ideia pra ele porque nós tínhamos algum material já e daria condições da gente fazer. Aí ele fez um, ele autorizou e fez uma portaria pra nós participarmos, nós convocamos uma moça de fora, não me recordo o nome dela, eu tenho tudo isso. (BRASIL, p. 79)

A *moça* que Regina se Refere é Célia Maria Corsino museóloga contratada como consultora pelo tribunal. De acordo com os dois entrevistados a ajuda da museóloga foi de fundamental: “Realmente uma profissional e tanto viu, ela lutou com a gente, nós trabalhamos dia e noite ali dentro daquele tribunal.” (p. 90)

De acordo com a entrevistada o objetivo do memorial era preservar a história do tribunal “... o objetivo disso era preservar a história do tribunal né, preservar a história porque estava havendo muita mudança e tal e nós estávamos preocupados.” (p.80). Como para Genaro, Regina atribui a rapidez na construção do projeto e na montagem do memorial ao acervo que eles já tinham conhecimento “... eu já tinha

muita coisa dentro do arquivo do TST, algumas coisas já estavam lá e outras coisas o Genaro tinha que guardava da época do Rio de Janeiro pra cá.” (p.80). E em julho do mesmo ano o memorial foi inaugurado.

Em um primeiro momento o memorial nasceu no tribunal como um projeto “tímido” que com o tempo começou a ter destaque passando até mesmo a receber grandes exposições.

Mas não tinha relação de abrir ao público não, depois é que foi aberta ao público etc. e tal. Era tudo muito abafado assim, tudo muito, sabe assim sem grandes perspectivas. Eu acho que o pessoal em si não acreditava no poder do museu, da importância do museu...

Pelo menos socialmente as pessoas não tinham conhecimento, mas as pessoas que frequentavam o TST tiveram noção do que fosse o memorial. (BRASIL, p.82- 83)

Quando questionada acerca da posição do memorial hoje dentro do tribunal a servidora não pode responder, pois depois que foi afastada do cargo de direção em 2001, não teve mais contato com o memorial. Genaro afirma que com o tempo o memorial foi adquirindo um papel social muito forte dentro do tribunal formando vínculos com a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar essa pesquisa, esperávamos entender o processo de criação do Memorial do TST. Dessa forma, seria possível identificar como foi criado, em qual contexto e para desempenhar qual função. Para tanto decidimos contextualizar o Tribunal Superior do Trabalho, discutir o conceito de memorial na museologia e analisar o processo de criação do memorial.

Por meio apenas de pesquisa documental não foi possível entender esse processo, pelo contrário, as informações nos levavam a um entendimento errôneo, como por exemplo a sua criação em 2000 e sucessivas inaugurações até 2011. Dessa forma, as entrevistas com alguns dos atores sociais desse processo de criação do memorial foram de fundamental importância.

Segundo documentação e fontes consultadas, o memorial surgiu por uma necessidade, vista por um grupo específico, de preservar e divulgar a história do TST, levando em consideração as mudanças que o tribunal vinha sofrendo desde a sua mudança para Brasília. Esse grupo era caracterizado por pessoas que tinham forte atuação no tribunal e proximidade com os ministros que compunham a casa, em uma época em que a instituição contava com pequena quantidade de funcionários se comparado com o quadro de hoje. Observamos que essa ideia foi motivada por um vínculo emocional com o tribunal e com o objeto de trabalho dos mesmos.

Assim que o presidente do tribunal assinou o Ato autorizando a constituição do Grupo de Trabalho, a equipe contratou uma museóloga e começaram o processo de criação do memorial. Como era previsto no Ato o grupo deveria entregar o relatório trinta dias após a sua publicação o que foi realizado antes mesmo da data prevista. Ao finalizarem o trabalho, entregaram também uma exposição já montada no saguão do prédio, área nobre e de destaque na instituição. A inauguração ocorreu poucos dias depois, realizada pelo então Ministro Presidente Wagner Pimenta.

Ao longo do tempo o memorial foi transferido para algumas coordenadorias até que em 2011, com autorização do Ministro João Oreste Dalazen, foi para a Coordenadoria de Gestão Documental e Memória.

Analisando os documentos o que nos dá a entender é que o memorial foi criado em 2000 e inaugurado em 2011, o que na verdade é apenas uma reinauguração baseado na troca de coordenadoria pela qual o memorial passou.

Desde a sua criação o memorial permaneceu no saguão do antigo prédio que abrigava o TST até que em 2006 o tribunal foi transferido para a nova sede. Nesse prédio, o memorial permaneceu no mezanino até novembro de 2016 com o surgimento de um novo projeto de transferência para o bloco A do mesmo andar. Na época de sua criação o memorial era tido pela instituição e por alguns funcionários como algo sem muita importância, hoje é um objeto de poder e de destaque.

Analisando o relatório do Grupo de Trabalho e conversando com os dois idealizadores percebemos que o termo museu e memorial foram usados sem distinção. Como visto no capítulo em que discutimos o conceito de memorial, as instituições que realizam as práticas museais são consideradas museus, logo o memorial do TST é um museu.

BIBLIOGRAFIA

BARCELOS, Jorge. **O Memorial como Instituição no Sistema de Museus: conceitos e práticas na busca de um conteúdo.** In: Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999.

NORA, Pierre. **Entre História e Memória: a problemática dos Lugares.** In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1993, vol. 10.

NOGUEIRA, Daniele Galvão Pestana. **A preservação da memória do Tribunal de Contas da União por meio de seu museu.** *Universidade de Brasília. Brasília, 2015.*

ROCHA, Ananda. **Construção e seleção da memória organizacional: o caso do memorial SEBRAE.** Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

UNTURA NETO, Marcos. **O Conselho Nacional do Trabalho e a construção dos direitos sociais no Brasil.** Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

BIBLIOGRAFIA INTERNET

WHERTEIN, Jorge; CUNHA, Célio da. **Fundamentos da nova educação.** v5. Brasília: UNESCO, 2005. Acesso em: agosto de 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129766por.pdf>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Cadastro nacional de museus.** Acesso em: agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Memorial do Tribunal Superior do Trabalho.** Acesso em: 20 julho 2015. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/memorial>>

MALLET, Estevão. **Setenta anos depois, uma nova justiça do trabalho.** Revista TST. Vol. 77 nº 3, julho/setembro de 2011. Brasília. Acesso em agosto de 2016. Disponível em:

<<http://www.tst.jus.br/documents/1295387/2684887/Setenta+anos+depois,%20uma+nova+Justi%C3%A7a+do+Trabalho>>

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Linha do tempo.** Acesso em: agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/10157/56439862-aa67-4deb-927b-b1d6dad1c7ee>>

BARCELLOS, Jorge. **O memorial como instituição no sistema de museus: conceitos e práticas na busca de um conceito.** In: Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre, 1999. Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/concmemor.pdf>

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Do CNT ao TST.** Compilado por Américo J. P. Mesquita. 1975. Acesso em: junho de 2016. Disponível em: <http://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/21016/1975_do_cnt_ao_tst.pdf?sequence=4&isAllowed=y>

REFERÊNCIA LEGISLATIVA:

BRASIL. Decreto Nº 3.550, de 16 de outubro de 1918. **Autoriza o Presidente da Republica a reorganizar, sem aumento de despesas, a Directoria do Serviço de Povoamento dando-lhe a denominação de Departamento Nacional do Trabalho.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/10/1918, Página 13196 (Publicação Original). Acesso em setembro de 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3550-16-outubro-1918-572535-publicacaooriginal-95679-pl.html>>

BRASIL. Decreto Nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. **Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no paiz, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/4/1923, Página 10859(publicação original). Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL4682.htm>

BRASIL. Decreto Nº 16.027 de 30 de abril de 1923. **Crêa o Conselho Nacional do Trabalho.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/5/1923, Página 14066(publicação original). Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16027-30-abril-1923-566906-publicacaooriginal-90409-pe.html>>

BRASIL. Decreto Nº 18.074, de 19 de janeiro de 1928. **Dá novo regulamento ao Conselho Nacional do Trabalho.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/1/1928, Página 2534 (Publicação Original). Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18074-19-janeiro-1928-526664-publicacaooriginal-1-pe.html>>

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.237, de 2 de maio de 1939. **Da organização da Justiça do Trabalho.** Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil, v. 4, p. 121- 137, 1939. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 maio 1939, p. 10381. Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/8411/1939_dec_lei1237.pdf?sequence=1>

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.346, de 1939. **Reorganiza o Conselho Nacional do Trabalho.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/6/1939, Página 14475 (Publicação Original). Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1346.htm>

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.852, de 10 de dezembro de 1940. **Modifica a redação do Decreto-Lei n.º 1.346, de 15 de junho de 1939, que reorganiza o Conselho Nacional do Trabalho.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/12/1940, Página 22958 (Publicação Original). Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2852-10-dezembro-1940-412901-publicacaooriginal-1-pe.html>>

BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.797, de 9 de setembro de 1946. **Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.** Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9797.htm>

BRASIL. lei nº 11.904 de 14 de Janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>

BRASIL. Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984. **Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo**. Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7287.htm>

BRASIL. Ato Nº 234/SERH.GDGCA.GP, de 9 de maio de 2000. **Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, DF, n. 17, 12 maio 2000, p. 1-2. Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/49930/2000_ato0234.pdf?sequence=1>

BRASIL. Ato. Nº 331/SERH.GDGCA.GP, de 18 de julho. **Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, DF, n. 27, 21 jul. 2000, p. 2. Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/3432/2000_ato0331.pdf?sequence=1>

BRASIL. Ato Nº 160/GDGCA.GP de maio de 2001. **Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, DF, n. 18, 11 maio. 2001, p. 2. Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/3476/2001_ato0160.pdf?sequence=1>

BRASIL. Ato Nº 300/GDGCA.GP, de 4 de outubro de 2006. **Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, DF, n. 38, 6 out. 2006, p. 2. Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/3058/2006_ato0300.pdf?sequence=1>

BRASIL. Ato Nº 777/GP, de 15 de dezembro de 2008. **Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, DF, n. 50, 19 dez. 2008, p. 7. Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/1629/2008_ato0777.pdf?sequence=3>

BRASIL. Ato Conjunto Nº 11/TST.CSJT.GP, de 03 de maio 2011. **Institui o Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho**. Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, DF, n. 18, 6 maio 2011, p. 3. Acesso em: julho de 2016. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/12699/2011_atc0011.pdf?sequence=1>

BRASIL. Resolução Administrativa Nº 1.485, de 6 de dezembro de 2011. **Altera a denominação da Coordenadoria de Gestão Documental para Coordenadoria de Gestão Documental e Memória; cria a Seção de Memória, Estudos e Pesquisas; e transfere para a Coordenadoria de Gestão Documental e Memória a responsabilidade pela manutenção do espaço cultural denominado “Memorial do TST”**. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho n. 874, 13 dez. 2011, Caderno Jurídico do Tribunal Superior do Trabalho, p. 4-5. Acesso em: julho de 2016. Disponível em:

<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/18476/2011_ra1485.pdf?sequence=1>

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Acesso em agosto de 2016. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

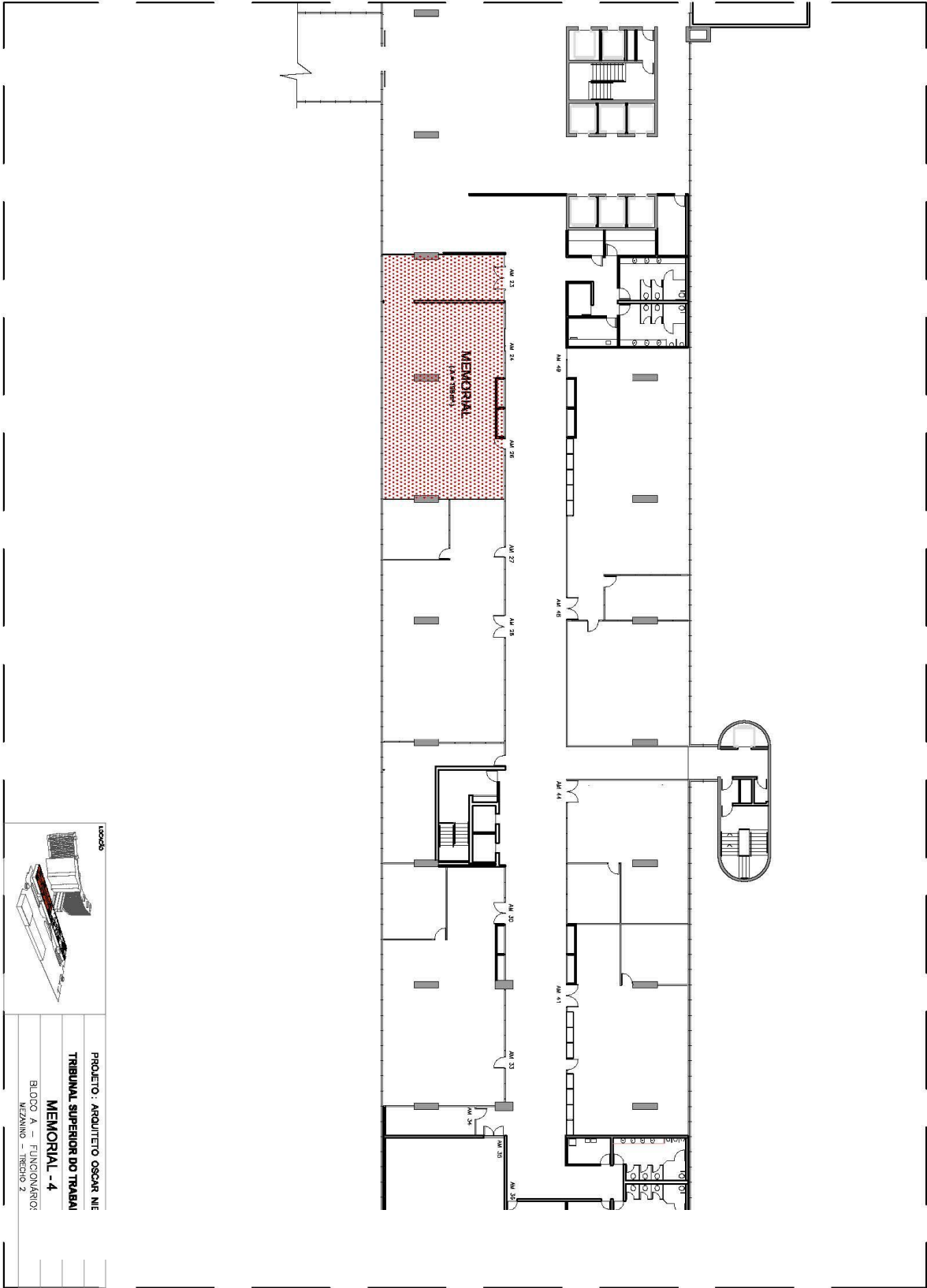
ANEXO01

Projeto inicial quando da transferência do tribunal para o novo prédio. O memorial seria instalado no térreo do bloco A, entrada principal do TST. O projeto não foi colocado em prática.



ANEXO2

Projeto idealizado para o começo de 2017 que transfere o memorial para o mezanino do bloco A. O lugar é a área de circulação que dá acesso aos bancos.



ANEXO3

O Setor de Arquivo e Conservação foi criado em 1974, três anos depois da instalação do TST em Brasília, ao separar-se do Setor de Protocolo que antes era o Setor de Arquivo e Protocolo. Desde então o setor passou por modificações e hoje é a Coordenadoria de Gestão Documental e Memória.

Nomes do Departamento	Anos	Diretor(a)
Setor de Arquivo e Conservação- SAC	1974	Djalma Martins da Rocha
Setor de Arquivo e Conservação- SAC	1974-1985	Paulo Roberto Salles Monteiro
Setor de Conservação e Arquivo- SCAr	1985-1990	Márcio Antero de Carvalho
Setor de Conservação e Arquivo- SRCAR	1990-1991	José dos Santos Perrelli
Setor de Conservação e Arquivo- SCAr	1991-2000	Regina Lúcia Brandão Lima
Coordenadoria de Gestão Documental- CGED	2000-2011	Ana Rosa de Sá Barreto
Coordenadoria de Gestão Documental e Memória- CGEDM	2011-2013	Ana Rosa de Sá Barreto
Coordenadoria de Gestão Documental e Memória- CGEDM	2013-2016	Luiz Fernando Duarte de Almeida

Tabela 1: Coordenadores do arquivo

ANEXO4

Entrevista realizada com Geraldo de Genaro em 10/10/2016 às 9h:30min

O objetivo da entrevista foi a obtenção de informações referentes à criação do Memorial do Tribunal Superior do Trabalho no ano de 2000.

Ana Abreu Gomes: Fiz concurso para a Universidade e entrei, lá eu trabalho na área de patrimônio, mas por uma série de motivos eu tenho um projeto de pesquisa sobre museus institucionais. Eu coordenei, orientei um mestrado lá do TCU, de uma moça lá do TCU, que fez essa mesma pesquisa né. Porque assim, não é comum, ou melhor, não é comum fora de Brasília, que as instituições tenham museus, isso é muito peculiar em Brasília

Geraldo de Genaro: É verdade.

Ana Abreu Gomes: Toda instituição, Senado, Câmara, o TCU acaba fazendo o seu memorial, seu museu/seu memorial e o que eu observei orientando essa dissertação de mestrado é que esses museus acabam adquirindo características muito peculiares. Então eu montei um projeto de pesquisa mais abrangente sobre os museus institucionais de Brasília, e aí a Ju esta inserida nessa pesquisa investigando o caso do TST. É por isso que a gente está aqui.

Geraldo de Genaro: Boa. Olha é impressionante né, porque...

Ana Abreu Gomes: Podemos gravar né?!

Geraldo de Genaro: Pode.

Ana Abreu Gomes: Depois a Ju vai transcrever como a gente conversou né.

Geraldo de Genaro: Eu entrei no TST Ju não era nem nascida, em 1971.

Ana Abreu Gomes: Eu já era. Pronto.

Geraldo de Genaro: E acabei me incorporando ao TST, apesar de ser uma área totalmente diferente dos meus sonhos. Porque o TST é uma casa jurídica. Eu estudava eletrônica e era fotógrafo, não tinha muito a ver com o TST, mas é impressionante como que o TST foi me cativando aos poucos. Eu acho que eu também ao TST. Por isso fiquei lá 40 anos.

Ana Abreu Gomes: 40 anos de trabalho?

Geraldo de Genaro: Sim 40 anos dentro do TST.

Ana Abreu Gomes: Então você se aposentou em mil e...?

Geraldo de Genaro: Eu me aposentei, porque eu saí em 1998, mas o Ministro Wagner Pimenta que era o presidente na época disse “Geraldo vai sair por quê? Que loucura é essa?” “Não eu estou vendo que o presidente da república colocou aí esse negócio de pagar ágil e tudo e já estou com o tempo mesmo então eu vou cair é fora, estou vendo autoridade cair fora então eu também vou cair

fora” “não mas fica aí com a gente e não sei o que”. Eu estava até já me projetando junto a Kodak e a Fujifilm pra montar um laboratório, já naquela época pensando no digital. Seria o Procolor, um laboratório de digitalização, de documentação. E seria o primeiro aqui no Centro Oeste porque já existia um em São Paulo na época e outro se eu não me engano no Rio. Eu estava com tudo armado já, tudo certinho, era um sistema de liser que eu estava prevendo. O TST, bem eu falei assim “vou arriscar, vou ficar no TST” aí brinquei com o ministro e tal, falei pro ministro “mas ministro são só dois anos, daqui a dois anos 2, eu vou deixar de montar uma estrutura que eu já estou a caminho pra ficar no tribunal e daqui a dois anos arriscar de eu sair” porque quando é assim é função né, cargo de confiança e... aí ele chamou um ministro que na época ia ser o próximo, Pazzianotto, e ele “não você não vai se livrar de mim não cara” e eu falei “então vou ficar” aí eu já tinha quatro anos garantidos né. Falei “não, tá certo”, tentei reverter a coisa junto a Kodak e a Fujifilm pra vê se dava continuidade na empresa só que ao invés de eu ser a pessoa administrativa eu...Você quer uma água?

Ana Abreu Gomes: Não isso é só tosse mesmo.

Geraldo de Genaro: Aí eu não poderia ser que... continuando no tribunal eu não poderia ser pessoa jurídica, que até não focaria bem. Falei “olha, bota meu filho e tal e ele fica como a pessoa administrativa da empresa” e eles não aceitaram e eu acabei não fazendo. A história do TST foi assim, eu trabalhei em várias áreas do TST, principalmente, fiquei muito tempo no gabinete de ministro, mas como eu queria aprender alguma coisa do TST, alguma coisa que comesse a criar um incentivo maior dentro do tribunal, e com isso eu comecei a trabalhar em outras áreas. Continuei no gabinete, mas aí fui trabalhar um pouquinho no servido do pessoal porque naquela época o tribunal ainda estava se instalando e não tinha muito serviço no gabinete de uma autoridade. E as autoridades, a maioria, ainda morava no Rio de Janeiro, ainda morava nos seus estados, então ele vinham, dia de sessão e tal aí acabava e saiam fora, sumiam. Aí eu me senti um pouco ocioso porque eu sempre fui, um menino né. Fiquei no serviço de pessoal um pouco. Aí comecei, me interessei por uma área que foi a que começou a mexer comigo com relação a história do tribunal que foi o Serviço de Conservação e Arquivo da época. Ali só tinha duas pessoas, eu e o diretor. Era uma unidade ainda muito pequena.

Ana Abreu Gomes: Acanhada né. Isso em que ano Genaro?

Geraldo de Genaro: Isso já em 75 para 76. Não sei te dar a data precisa.

Ana Abreu Gomes: Anos 70 né?

Geraldo de Genaro: Isso, anos 70 ainda. E foi acontecendo tanta coisa de repente que foi diversificando a minha vida no tribunal. É interessante porque no arquivo o Paulo Roberto que era uma pessoa assim minuciosa, ele gostava do que fazia, e começou a ensinar o serviço para mim. E eu também me interessei muito, comecei a achar aqueles processos, Conselho Nacional do Trabalho, aí eu falei “nossa, isso daqui é história, não deveria estar aqui dentro de uma pasta” e o Paulo “é mas é assim”.

Ana Abreu Gomes: Genaro desculpa te perguntar, o TST é de que ano? Ele era Conselho Nacional do Trabalho...

Geraldo de Genaro: O TST antes era Conselho Nacional do Trabalho, eu não lembro o ano agora que foi na época do... Não lembro agora quem era o presidente da república.

Ana Abreu Gomes: Não, não tem problema. Mas ele chegou aqui em Brasília já como TST?

Geraldo de Genaro: Não, ele já chegou aqui em Brasília como TST, no Rio ele já era Tribunal Superior do Trabalho.

Ana Abreu Gomes: Então quando a capital veio, ele já veio como TST.

Geraldo de Genaro: É o TST veio pra cá e inaugurou aqui no dia primeiro de maio de 1971. Foi quando eu também já estava, só que a minha posse foi em 19 de maio.

Ana Abreu Gomes: E ele funcionava onde?

Geraldo de Genaro: No centro da cidade na rua da Quitanda me parece no Rio de Janeiro.

Ana Abreu Gomes: E de lá o tribunal veio pra cá, se instalou...

Geraldo de Genaro: É, eu tomei posse aqui. Só que eu quando era garoto já conhecia o TST, até porque eu tinha meu padrinho de batismo que era do TST e eu fazendo estágio, na época não se falava em estágio, era um aprendizado no jornal O Globo, eu tinha um pouco de interesse pelo jornalismo na época e tal e como eu gostava de fotografia eu ia em todas as solenidades que tinham no TST no Rio. Esse parente me avisava “Vai ter um negócio assim, assim ...” eu pedia pra ele pra quando tivesse alguma coisa do TST pra ir lá fotografar e tal. Era garoto, 17 anos e assim foi, eu ia no TST, fotografei, fotografei muitas solenidades, por isso que eu tenho assim. Eu acho que foi por isso, porque eu não entendo nada de museu, nada, não entendo nada, nada de memorial.

Ana Abreu Gomes: Como é então que você foi entrar na coordenação na coordenação de um memorial, da criação de um memorial? Alguma coisa você entende.

Geraldo de Genaro: É onde eu quero chegar, eu via aquelas coisas antigas no tribunal e achava que aquilo tinha que estar em algum lugar onde todos pudessem ver. E essa ideia veio “poxa, por que o tribunal não tem um museu, não tem um memorial”, então eu sempre que tinha oportunidade como eu tinha um vínculo muito grande com as autoridades, com os ministros, com o presidente. Passei a trabalhar no tribunal e passei a ter esse vínculo por que além de fazer, trabalhar no gabinete eu já era fotógrafo então tudo o que tinha no TST eu ia fotografar e isso acabou criando um vínculo porque por livre espontânea coação me transformei no fotógrafo do tribunal porque o dia em que o ministro ia receber uma comenda ou tinha um evento em outro lugar e eu não ia o ministro cobrava “cadê o fotógrafo?”, já não era nem mais o Genaro, era o fotógrafo “cadê o fotógrafo? Porque que o fotógrafo...” eu falei “gente eu não sou fotógrafo do TST, eu não posso ser o fotógrafo do TST, não existe essa função aqui”.

Ana Abreu Gomes: E essas fotos iam para no serviço de Conservação e arquivo?

Geraldo de Genaro: Essas não. Nessa época existia, hoje tem outro nome, hoje chama-se Cerimonial da Presidência, e na época chamava-se Assessoria de Divulgação.

Ana Abreu Gomes: Essas fotos então iam pra Assessoria de Divulgação?

Geraldo de Genaro: Iam todas pra Assessoria de Divulgação, algumas que pertenciam diretamente a autoridade porque era ele recebendo comenda, então eu já passava direto pra mão dele e o que era feito daquilo eu já não sabia. Pra você ver, como é, como é que surgiu essa história talvez de memorial. E eu não via as fotos, as fotos iam pro Cerimonial, Assessoria de Divulgação. Então aconteceu isso, isso foi se transformando no dia a dia, em 77 teve o presidente que foi o Renato Gomes de Machado.

Ana Abreu Gomes: Figura famosa, esse nome eu conheço.

Geraldo de Genaro: Ele dava aula na UnB, a maioria desses ministro principalmente os decanos, os mais antigos eles davam na UnB e CEUB. E o Renato Machado não sei porque viu uns desenhos, que eu fazia também desenhos, e me chamou no gabinete e disse “Genaro eu preciso fazer um negócio. Eu quero fazer o Relatório Geral da Justiça e eu preciso de você pra fazer uns gráficos, Você faz?” eu falei “Ministro meu desenho é outro, eu gosto um pouquinho de arquitetura, gosto um pouquinho” como eu estudava eletrônica minha maior rotina em desenhos era esquemas, eletrônicos, entendeu, e as vezes eu me atrevia em fazer um cronzinho, fazer uma caricatura. E ele falou “não você tem que fazer isso pra mim” e eu falei “preciso de um lugar” aí tinha uma sessão chamada Serviço de Estatística que eles tinham uma prancheta lá cheia de história. E eu comecei a fazer o gráfico e o homem agradeceu e o negócio, aliás começou como relatório do tribunal que se transformou no relatório da Justiça do Trabalho depois “não ficou muito bom esse e nós temos que fazer a da justiça do trabalho”.

Ana Abreu Gomes: Que são também documentos históricos né? Que são documentos históricos.

Geraldo de Genaro: E com isso descobri mais antiguidade do tribunal porque na área, na parte do desenho mesmo tinha ali umas relíquias, bico de pena do tempo de D. João Charuto 6º. Que são aquelas penas mesmo que a pessoa tinha que pingar o nanquim nela pra poder desenhar ou escrever. E eu “gente o tribunal tem história, e o tribunal como que não tem um museu”, e o Renato Machado falava assim “essa ideia é muito boa, podemos colocar em prática. Você vai dando uma olhada aí em tudo o que nós temos” e eu falei “a no arquivo principalmente ministro tem lá documentos históricos, documentos espetaculares. E eu não sei porque eu não entendo disso mas a conservação daquilo dentro de caixas, eu acho que daqui a pouco vai dar um cupim, vai dar um bichinho e vai destruir isso, se a gente não tratar”, “não, a ideia é muito boa e não sei o que ” só que aconteceu o seguinte, o Renato Machado tinha uma outra ideia também que era a de instalar dentro do tribunal uma área de microfilmagem, ele queria implantar a microfilmagem dentro do tribunal, e falou “Genaro você tem alguma técnica sobre microfilmagem?”, eu falei “ministro não, mas eu gosto. E é muito fácil porque microfilmagem e fotografia, eu faço laboratório, eu faço tudo, então eu entendo um pouquinho ” e eu já tinha mania de fotografar meus documentos, coisas minhas pessoais, eu tinha mania de fotografar e guardar, caso eu perdesse né, carteira de motorista, carteira de identidade, eu

tinha tudo, eu não tirava cópia, eu microfilmava entre aspas. E eu comecei também a estudar sobre o assunto e fui fazer um curso de tecnologia micrográfica, onde eu fiquei conhecendo Delbry que era muito famoso dentro do Ministério do Trabalho entre outros como QG do exército que eles já tinham esse projeto. E nós começamos a trabalhar em cima disso. Trabalhar e trabalhar, só que teve um acidente nesse meio tempo. O ministro Renato Machado de repente descobriu que estava com câncer e foi ao Rio de Janeiro e já falou, estava sentindo, deu as ordens “olha, esvazia o meu gabinete”. Por incrível que pareça, eu fiquei dois dias dentro do tribunal sozinho, eu era o diretor, eu era o ministro eu era tudo dentro daquele tribunal. Durante dois dias porque de repente ele veio a falecer. E aí essas ideias todas, porque você sabe que quando assume outra autoridade, principalmente em uma situação dessa já vem uma outra ideia, caos. E aí veio o ministro Lima Teixeira que era já muito idoso.

Ana Abreu Gomes: Esses ministros ficam a cada dois anos?

Geraldo de Genaro: Eles ficam a cada dois anos. Teve uma mudança porque naquela época praticamente nos já sabíamos quem ia ser presidente porque era por antiguidade. Por antiguidade então já tinha assim mais ou menos, fazia o voto ali dentro, porque já mesmo sabendo quem seria o presidente, já aconteceu, eu até não lembro a ano mas estava presente quando aconteceu, que na hora da votação, acho que foi em 75, 77 que como tinha hanseníase e essas coisas, quem seria o presidente, na última hora, na hora do voto lá fizeram a contagem e não era ele. Aconteceu esse caso no tribunal, mas depois esse ministro veio a ser presidente do tribunal.

Ana Abreu Gomes: O Lima Teixeira era mais idoso aí...

Geraldo de Genaro: Aí o Lima Teixeira não... ainda conversei com ele e tal, e ele não deu sequência. E nisso daí foram se passando os anos e a ideia praticamente morreu, não se falou em museus. Mas eu comecei a tomar algumas atitudes em relação as fotografias por exemplo.

Julyelenn Almeida: A microfilmagem também ficou parada?

Geraldo de Genaro: Acabou. E não foi só no TST não, foi no TST e no eleitoral. O eleitoral ainda fez pior que comprou todos os equipamentos, e ficaram encaixotados por anos lá. Eu sei porque fui convidado para assumir a direção dessa unidade lá só que eu não queria me afastar do TST, aí eu já estava com um carisma muito grande pelo TST, eu me dava bem com todas as autoridades e ia sair de um lugar só por causa de uma função, e como eu fazia meus freelancers também por fora.

Ana Abreu Gomes: Mas então o senhor estava falando que foi trabalhar com as fotografias.

Geraldo de Genaro: Aí eu comecei, o negócio das fotografia começou a crescer no tribunal porque virou uma obrigação. Automaticamente, logo depois do falecimento do Renato Machado, aí que virou uma obrigação mesmo porque tudo era “avisa o Genaro que vou receber a comenda, avisa o Genaro assim”, e eu comecei a fotografar mais o tribunal. Eu trabalhei dentro do tribunal com o arquivo, com o serviços gerais, com o som do tribunal, até por causa da eletrônica, e ficava as vezes cobrindo essas faltas que tinham dentro do tribunal. E o que eu fiz, eu comecei a montar uns álbuns, além de dar foto pra autoridade, comecei a montar, fazer montagens de álbuns, e esses álbuns eu colocava

numa estante no gabinete da presidência. Primeiro eu comecei a colocar em cima das mesinhas, só que eram muitos álbuns.

Ana Abreu Gomes: Não tinha mesinhas pra tantos álbuns.

Geraldo de Genaro: Aí comecei a botar na estante. Aí pra você vê como é que são as coisas, a pessoa chegava e via aquela fotografia ali e ia lá e abria um álbum daquele, e começo a ter um visual. Até que houve também um caso que um presidente do tribunal acabou sua gestão, e ele pegou e saiu do gabinete dele e colocou um punhado de álbuns embaixo do braço e levou pra outro gabinete, e ainda disse pra mim “quero vê quem vai ter peito de tirar isso daqui”.

Ana Abreu Gomes: Que interessante isso.

Geraldo de Genaro: “Esquece isso, mas o senhor está quebrando a história, inclusive a sua história” e isso daí mexeu com ele. Eu era meio desaforado as vezes, mas não sei porque todos gostavam de mim.

Ana Abreu Gomes: Não, uma argumentação inexorável, ele está ali quebrando a história.

Geraldo de Genaro: Não, e a dele, mexi com o ego dele. Ele andou devolvendo uns lá, mas não devolveu tudo não. E com isso tal, aí já houve mudança pra Cerimonial da Presidência e tal aí eu já começaram também a formar essa documentação lá e tal, e eu dava um toque de vez em quando no pessoal do arquivo, dava um toque de vez em quando no pessoal da biblioteca “fico vendo essas fotos, isso é história, o que vocês vão dizer amanhã, depois que isso aconteceu” e eu fiz pior, que eu estou cortando a fala, é que essa época já em 78, 79, não lembro, anos 80, tem coisa que a memória não, vocês me desculpem até porque as vezes eu tenho a pronuncia errada, as vezes a língua trava e o cabra fala errado mesmo.

Ana Abreu Gomes: Não, que isso. Inclusive é bom te dizer que você está fazendo uma contribuição enorme, a história disso tudo. Eu acho assim, quando uma pessoa se dispõe a falar, a pessoa está dando uma contribuição enorme a certos processos.

Geraldo de Genaro: Espero que sim

Ana Abreu Gomes: Então vamos lá

Geraldo de Genaro: E o que eu fiz, eu peguei, o tribunal não tinha fotos antigas, do tempo do Rio de Janeiro. Eu peguei todos os meus arquivos pessoais e doe para o tribunal, todas as fotos. Fotos que você vê lá do tempo do Rio de Janeiro fui eu quem doe para o tribunal.

Ana Abreu Gomes: E de autoria sua também.

Geraldo de Genaro: De autoria minha. Fotos da época que eu ia sem compromisso nenhum com o tribunal. As fotos eram minhas, pessoais porque eu não tinha que dar nada para o tribunal porque eu era do O Globo, eu dava umas pra O Globo, aproveitava algumas, e as outras ficavam, eram minhas. Eu tinha meu laboratorizinho feito dentro de um banheiro, não conte para ninguém.

Ana Abreu Gomes: Mas é sempre assim né.

Geraldo de Genaro : E doe para vê se inspirava mais ainda. E com isso foi aparecendo aqueles móveis mais antigos e tal, tal, tal que eu já ficava de olho, da época do Rio. Algumas pessoas se interessavam mas não conseguiam levar isso a frente.

Ana Abreu Gomes: Como projeto institucional né?

Geraldo de Genaro: Não conseguindo levar, eu até fazia as fotos, eles guardavam, arquivavam. Eu, logo em seguida veio a geração computador no tribunal e quando veio a geração computador eu aproveitei porque computador pra mim era bicho papão, eu tinha medo de computador, achava que ele ia me morder. Mas o meu medo maior era que as pessoas conversavam muito sobre computador e tal “e tem que ter cuidado se não deleta tudo ” e eu morria de medo disso, eu tinha medo de apertar um botão ali e sumir tudo. E o bacana era que o diretor da área de informática “Genaro é a sua área também, é a sua área, som, fotografia, principalmente suas fotos, você pode tratar suas fotos no computador ” e aquilo ainda era...

Ana Abreu Gomes: Precário né, perto do que tem hoje em dia era precário.

Geraldo de Genaro: É, mas eu, um dos servidores lá dessa área de multimídia, Malagut, pessoa excepcional, um dia ele me pegou sentado no serviço de recursos humanos com um mouse na mão, tentando ver lá com uma mocinha o negocio de um desenho e ele veio “te peguei, isso não é bicho papão não”, aí passou o dedo no teclado e não sei o que aí começou “vamos lá”, lá em cima eles tinham escâner, tinham tudo dentro da área. As unidades começaram a ganhar computadores, mas eram aqueles computadores ilhados que só faziam aquilo ali, mas na área de informática já tinham uma estrutura melhor. Aí ele começou a me mostrar como que funcionava a escâner, e eu por incrível que pareça, a conversa com aquele sujeito foi tão boa que o tribunal me deu uma missão uns dois dias depois pra ir a São Paulo e eu dentro do aeroporto aqui de Brasília, eu sempre tive um pouco de receio de avião, acho que todo mundo tem, e a única coisa que me distraia era gibi, tinha patinhas, pato Donalds. Então eu entrei na livraria ali do aeroporto pra pegar um livrinho e de repente eu olho e vejo um livro que parecia uma bíblia, dessa grossura, desse tamanho, Corotrol, aprenda tudo sobre Corotrol, informática e não sei o que. Eu peguei aquele livro, e foi impressionante, eu disse “é isso, eu preciso estudar, eu não falo inglês e esse livro está em português, está mal traduzido mas está ” porque informática naquela época, a maioria dos software era em inglês, e eu fracasso total nisso. Eu peguei esse livro, entrei no avião e fui mastigando esse livro daqui para São Paulo, nas folguinhas, que foi dois dias só em São Paulo, a noite no livro, voltei comendo esse livro e voltei na sessão de informática no dia seguinte do tribunal e disse assim “eu quero um computador na minha sala ” e eles botaram na hora porque eles estavam, todas vezes que eles falavam em botar na minha unidade em fugia da conversa, pra você ver como são as coisas. E daí para diante eu passei a ser um criador de casos “olha eu quero armazenar todas as minhas fotos, eu tenho que guardar essa documentação e a maneira mais viável no momento é esse”, “o tribunal não tem espaço, disco pra isso e não sei o que, isso ocupa muito espaço” aí começaram as dificuldades também nisso, mas eu comecei a pesar um pouquinho mais firme nisso e consegui, consegui , fomos criando, criando e criando. Olha, eu não

tenho recordação assim de como tudo aconteceu. Eu sei que a coisa foi aumentando e aumentando e eu arranhando consegui colocar uma paginazinha que nós tínhamos na intranet, e eu consegui colocar uma paginazinha com as histórias. Um dia o ministro Wagner perguntou, foi logo depois que eu continuei no tribunal.

Ana Abreu Gomes: A tá, você se aposentou em 1998 e aí ele vai assumir a presidência em 2000? E é ele quem vai...

Geraldo de Genaro: No ano 2000. Não ele assumiu, desculpa, ele assumiu em 98, final de 98.

Não, eu não lembro agora, mas isso é fácil de vocês descobrirem.

Ana Abreu Gomes: Algo disso, depois a gente vê. É tranquilo isso.

Geraldo de Genaro: Até por uma questão de atos.

Ana Abreu Gomes: Isso é tranquilo. E é ele então que vai transformar isso num projeto institucional. Você acredita nisso?

Geraldo de Genaro: Ele que foi, ele encabeçou, só que eu não sabia. De repente alguém chegou e disse "Genaro você é o coordenador da implantação do memorial", entendeu.

Ana Abreu Gomes: Mas assim, vocês conversaram sobre isso, como é que foi essa conversa?

Geraldo de Genaro: Não, eu só, eu não lembro nem como é que foi. Porque foi uma coisa assim, uma reclamação que eu fiz, eu digo "poxa o tribunal, a gente nunca consegue demonstrar a história do tribunal, ninguém vê a história do tribunal" e eu não sei se ele pensou nisso ou se alguém o incentivou, eu sei que quando vi ele tinha lá, feito um ato com uma comissão onde eu era o coordenador.

Ana Abreu Gomes: É muito justo né diga se de passagem. Ouvindo essa sua trajetória é muito justo.

Geraldo de Genaro: Eu não. Olha, pra mim foi um impacto muito grande, quase que eu fui indelicado, fui lá, agradecer, e tinha que se colocar alguém que entendesse de museu, e eu não entendo nada.

Ana Abreu Gomes: Foi quando vocês chegaram no nome da Célia Corsino. Como é que vocês acharam a Célia?

Geraldo de Genaro: Foi aí que surgiu a Célia. A Célia fui eu com as meninas, aliás, nem fui eu, foram as meninas lá que chegaram nela eu não sei como, aí ela veio e eu disse "olha, eu preciso da sua ajuda, eu não entendo nada, mas, quero levar adiante. Isso é um sonho antigo", e aí a Célia realmente agilizou lá com a gente, "olha primeiro nós temos que fazer isso, fazer aquilo, tal, tal e tal" eu disse "não, eu tenho isso" "mas como?" "eu tenho muitos documentos arquivados, vamos também no arquivo e vamos não sei aonde", e aí foi a hora em que se começou a levantar a documentação. A Célia não chegou a ficar muito tempo.

Ana Abreu Gomes: Sim, ela só estava fazendo uma consultoria.

Geraldo de Genaro: Ela só fez um período que o tribunal parece, parece não, quase certeza, contratou ela pra fazer essa consultoria né, o presidente acatou na hora e ela ficou ali dando aquela consultoria o necessário. Eu tive algumas dificuldades, depois que a Célia saiu algumas colegas também começaram a se afastar e eu saí correndo atrás delas e eu falei “olha gente me ajudem porque eu tenho, além de estar nessa coordenadoria eu tenho uma unidade pra dirigir” e tinha um prazo pra entregar isso. Se eu não me engano foi em maio que foi instituído a comissão, eu devo ter aqui em casa o dia exato, eu tenho até esse Ato que algumas coisas que diz respeito a mim eu tirei cópia e guardei. Ato 234 de 2000, e em julho nós entregamos o projeto do memorial, um relatório já com muitas coisas em exposição no saguão do tribunal.

Julyelenn Almeida: Uma exposição já montada?

Geraldo de Genaro: Olha chega até a me arrepiar isso.

Ana Abreu Gomes: Em dois meses vocês deram conta de entregar o projeto e uma pequena mostra do que seria esse memorial?!

Geraldo de Genaro: Pequena mostra. Togas antigas, processos, livros, móveis, até móveis conseguimos trazer do Rio de Janeiro. Uma mesa com as cadeiras que foi assim, da época do Conselho Nacional do Trabalho.

Ana Abreu Gomes: Isso estava no prédio do tribunal, do ministério lá?

Geraldo de Genaro: Estava no prédio do Rio de Janeiro, mas aí conversando com o presidente de lá e tal, e conseguimos trazer algumas coisas que tinha lá, alguns móveis.

Ana Abreu Gomes: Por que você tem quais informações Ju? Outra coisa também que a gente queria conversar com você Genaro é porque assim, tem o Ato de criação do memorial que é de 2000...

Geraldo de Genaro: Vocês não querem assim, vocês paravam a gravação um pouquinho, porque tem um pãozinho de queijo ali, coisa de mineiro.

Ana Abreu Gomes: Umas das coisas que a gente queria ver com você, lembra aí Ju, aquela coisa dele ter sido criado em 2000 e só inaugurado em ...

Julyelenn Almeida: Ele foi criado em 2000 e inaugurado só em 2011.

Ana Abreu Gomes: Isso faz sentido para você? Explica pra gente isso Genaro.

Geraldo de Genaro: A explicação disso é seguinte, que talvez o tribunal pra, aí teria que fazer o levantamento de documentação, que é o seu trabalho.

Ana Abreu Gomes: Isso. É trabalho dela. Exatamente.

Geraldo de Genaro: O que aconteceu foi o seguinte, em 2000 nós, que ano é que está como inaugurado?

Julyelenn Almeida: 2011

Ana Abreu Gomes: A gente achou isso esquisitíssimo.

Julyelenn Almeida: Na CGEDM.

Geraldo de Genaro : Já vou te dar uma pista disso. O que aconteceu foi que nós inauguramos sim lá no TST nessa época, 2000.

Ana Abreu Gomes: Faz todo sentido né, era o retorno que vocês estavam dando.

Geraldo de Genaro: Não era um museu, era um pequeno memorial com algumas peças.

Ana Abreu Gomes: Era uma mostra né.

Geraldo de Genaro: E foi inaugurado.

Ana Abreu Gomes: Com o Wagner Pimenta?

Geraldo de Genaro: Wagner Pimenta.

Ana Abreu Gomes: E tem fotos né? Claro.

Geraldo de Genaro: Acredito que tem, não sei onde está escondido lá no tribunal hoje em dia porque não tenho mais acesso. Mas o que aconteceu eu vou te explicar, em 2006 o tribunal mudou. Nós inauguramos esse pequeno memorial na sede antiga que é onde funciona hoje o TRT da Décima região, que fica na praça dos tribunais.

Ana Abreu Gomes: A tá, ali perto do Setor de Autarquia né?

Geraldo de Genaro: Praça dos tribunais, vou te dar uma pista boa, Tribunal Militar, ali do lado, então ali tinha o militar, Tribunal de Recursos, eleitoral e o TST. Então foi isso, o que aconteceu foi que o tribunal nessa mudança, o museu ficou parado. Não pensaram talvez no lugar do museu de novo entendeu.

Ana Abreu Gomes: Aí ele foi para esse prédio onde está hoje?

Geraldo de Genaro: Aí nós mudamos pra esse prédio onde estamos hoje. Não sei quem, eu acho que foi o Cerimonial mesmo que, com o incentivo de uma pessoa lá que era Marta Baiana, ela tinha muitas boas ideias com isso. Ela me incentivou alguns anos atrás também, eu fiz uma homenagem ao ex-presidente do tribunal, e fiz uma exposição dentro do tribunal de fotografias, história do tribunal, que eu batizei de História do Tribunal Ontem e Hoje. Isso eu esqueci de comentar contigo.

Ana Abreu Gomes: Que ano foi?

Geraldo de Genaro: Eu não lembro o ano não, mas é presidência do ministro Barata Silva. Vê o ano que ele foi presidente e vocês vão levantar.

Julyelenn Almeida: O projeto que vocês fizeram então foi para o prédio antigo?

Geraldo de Genaro: Prédio antigo. Nem se falava, o novo ainda estava em maquete. Não, já estava, já tinha obra começando, eu não lembro bem agora.

Ana Abreu Gomes: Isso em 2000. Então em 2000 vocês entregaram o projeto pro ministro Wagner Pimenta com essa...

Geraldo de Genaro: Um esboço de um memorial, uma pequena exposição do já memorial, um pequeno memorial montado no saguão do tribunal.

Ana Abreu Gomes: Aí inaugurou em julho de 2000 e o que o Wagner Pimenta fez com aquilo?

Geraldo de Genaro: Aí começou porque aí veio uma outra situação porque aí tinha que fechar aquela área de um certo modo, por causa do documento histórico que tinha problema de fungo e não sei o que iluminação especial e esse monte de coisinhas. Só que eu depois que entreguei o trabalho, também entreguei a peteca. Não lembro se foi para a biblioteca, eu sei que foi para o presidente. Alguém tinha que ser responsável e ele perguntou “quem” e eu falei “nós temos duas áreas, arquivo e biblioteca, quem tem que assumir são eles” e aí eu saí fora. Aí não foi mais o meu, eu sai porque eu não aguentei Ana, o negócio explodiu.

Ana Abreu Gomes: Claro. Deixa eu te perguntar uma coisa, quando a minha outra aluna estava fazendo a dissertação de mestrado com o memorial lá, o museu do TCU, uma coisa que ficou muito clara para a gente é que no caso do museu do TCU, ao contrário das nossas expectativas e das suas, o museu acabou se transformando em uma coisa muito endógena, muito interna. É que você estava falando. Tem processos importantíssimos, tem uma história que a sociedade precisa conhecer, mas o museu do TCU ele na verdade era uma coisa assim, para os ministros, para o público interno. O que eu acho muito importante em termos pedagógicos né, de você formar um grupo de funcionários que conheça a história da instituição, mas o papel por exemplo que a gente fala do TSE, do TST, do TCU em termos de devolutiva para a sociedade. Então Genaro quando você pensou nisso, pelo que você veio falando pra mim, eu já entendi que era um pouco isso né. E você acha hoje que esse museu tem esse papel? Você acha que a maneira como ele está hoje, isso está sendo feito? O que você acha que pode melhorar? O que você pensa?

Geraldo de Genaro: Olha, eu, deu um impulso bom depois que ele foi inaugurado aqui, quer dizer já lá no TST antigo, que criamos juntos ao cerimonial, o cerimonial recebia muitos alunos da UnB, do CEUB, de São Paulo, do Rio Grande do Sul entendeu. De tempos em tempos, e isso deve acontecer até hoje, né, existe temporadas que vem grupos de estudantes, e isso eu com a Marta Baiana e eu falei “Marta, faz do memorial uma área de visita pra esses alunos” e deu certo, eu acredito que até hoje, acredito, não sei porque eu já estou afastado a um bom tempo do TST, já vai para 4 ou 5 anos.

Ana Abreu Gomes: Mas você acha que o memorial lá também tem essa função muito interna?

Geraldo de Genaro: Não. O TST já abriu mais a público. O TST já não ficou, o que aconteceu com TST no meu ponto de vista é assim, porque não tinha ninguém que a nível de autoridade que se interessava pela coisa, então não adiantava. Se você não convencesse uma autoridade de força, de poder pra poder levar isso avante. Por isso a minha dificuldade toda, não só a minha dificuldade como de outras pessoas que talvez possam ter tido essa ideia, não sei. Pelo menos eu não tive

comentário nenhum de outra pessoa que tentou fazer esse memorial a não ser a Regina parece, que é até citado o nome dela.

Ana Abreu Gomes: A Regina faz parte do grupo, é isso mesmo.

Geraldo de Genaro: Pessoa muito, ela sempre foi incentivadora. Mas assim, quem éramos nós. Quem tinha um pouquinho mais de poder pra chegar numa autoridade e dar uma autoridades era eu. Porque eu tinha uma certa liberdade as vezes com as autoridades. Claro que eu tinha um negócio assim, eu sempre tive uma coisa comigo muito, um pouco de hierarquia também porque eu fui militar, e tive família também, e tinha aquele negócio que por mais amizade que eu tenha a você, que aqui agora é você, vocês estão aqui. Mas se eu chegar lá na UnB vai ser senhora sim. Então tinha muito esse negócio e tinha ministro dentro do tribunal que “ministro, excelência, bom dia, boa tarde e tal” mas se a gente entrasse no gabinete acabava assim o respeito. E com isso eu conseguia de vez em quando dar uma cutucadinhas. E eu acho que a minha conversa com o Wagner foi justamente num momento desse, entendeu.

Ana Abreu Gomes: O ministro Wagner Pimenta está vivo ainda?

Geraldo de Genaro: Está vivo, aposentado. Ele, a esposa dele é uma pessoa fantástica, muito amiga, e bibliotecária. Acredito que ela tenha incentivado muito isso. Conheci a Rejane ela era estagiária da Caixa Econômica Federal.

Ana Abreu Gomes: É interessante porque assim, no caso do museu do TCU foi um ministro chamado Iberê Gilson, nos anos 70 que ele criou. E o que a gente também descobriu como a Julyelenn estava falando é que na verdade o ministro Iberê Gilson criou o museu do TCU e a princípio porque a gente não tem ninguém dessa época Vico como você para contar essa história, ele não funcionou. Ela só vai ser reinaugurado depois com outro ministro em 2003.

Geraldo de Genaro: Não sei se estou vivo, eu sei que estou dando trabalho ainda.

Ana Abreu Gomes: Não, você está vivo e está e graças a Deus está vivo e com disposição de falar né, de contar essa história.

Geraldo de Genaro: Eu gosto do TST. O TST, falando muito francamente, eu fiz daquela casa o meu fôlego vital. Se ali hoje existe assim a área de comunicação social cresceu, apesar de eu aparecer muito pouco nessa área, eu me sinto orgulhoso. E sinto que ali teve muito dedo meu. Pra ela ter a estrutura que existe hoje, que inclusive é vinculada a TV justiça que não existia e hoje existe até orçamento pra TV justiça. Eu cutuquei muito essa área, foi onde eu assim, olha eu não discuti tanto com relação ao museu quanto eu discuti com relação a área de comunicação do TST.

Ana Abreu Gomes: Mas está lá né, o que você pensou está lá. Levou tempo né.

Geraldo de Genaro: As pessoas têm ideias um pouco diferentes. Porque assim, é instinto meu não conhecimento. Conhecimento zero da área de memorial, área de museologia, mas eu acho que é uma coisa do coração. Você nasce é uma história, vem seus filhos, vem seus netos. E isso não é bonito como recordamos e quando outras pessoas participam? Aí você imagina uma instituição que

faz parte do povo, que é de todo um ser, por que não você dar conhecimento da área pedagógica. E eu acho que assim, isso foi automático, do meu coração querer que o TST colocasse pra fora a sua história, eu queria. Eu fiz muita coisa no TST, eu fui um Bombril dentro do TST, eu brincava com os ministros que eu não era só o fotografo do TST, eu não era só um servidor, eu era o Bombril do TST. Porque eu desenhei móveis pro TST, o TST não tinha serviço de engenharia, nada disso quando eu entrei. Então eu desenhei móveis, estrutura do prédio, mas obras dentro do tribunal que não tinha serviço de engenharia.

Ana Abreu Gomes: E que tinham que ser feitas, claro.

Geraldo de Genaro: E tinha que ser feitas. Tive uma briga uma vez com um diretor geral dentro do tribunal por causa desse negócio de obra. Então queriam instituir uma medalha dentro do tribunal porque, comemoração do aniversário da Justiça do Trabalho, então o Genaro ia lá pensar em uma medalha. A vai ter um congresso e não sei o que no tribunal "Genaro faz alguma coisa", aí eu fazia certificado, eu que, tanto é que o serviço de multimídia foi criado por causa disso.

Ana Abreu Gomes: Existe algum programa de memória do TST

Julyelenn Almeida: Existe.

Ana Abreu Gomes: Isso é bacana né Ju, tem que ir lá dar seu depoimento.

Geraldo de Gerado: O gozado é porque não existia fotografia e eu de tanto trabalhar com fotografia no TST criou se uma área de fotografia, um setor de fotografia. Só que para encher o negócio, aí o negócio ganha um nome desse tamanho, era Setor de Fotografia Auditório Plenário não sei das quantas porque dava assistência aí o povo inventava um trem e iam aumentando. Era uma história em quadrinho. E com essa história a área de som tinha que existir, porque todas as áreas de som eram gravadas.

Ana Abreu Gomes: Lá tem taquigrafia?

Geraldo de Genaro: Tem. É, passou uns anos e eu disse assim "poxa, pra que q existe ainda taquigrafia né", porque já não era mais taquigrafia de uns anos. Eu criei, dentro do tribunal eu fiz muitas coisas, tanto é que, você que já conhece já bem, já entrou lá ou só ela?

Ana Abreu Gomes: Só ela, eu não conheço. Eu tenho inclusive que conhecer o museu.

Geraldo de Genaro: É interessante. É aquele TST tem ali se eu não me engano 14 auditórios, são auditórios que são assim, sala de sessões, que considerando ficou tudo montado como sala de sessão, mais auditório pronto pra qualquer evento.

Ana Abreu Gomes: Ah... entendo.

Geraldo de Genaro: E toda a estrutura de multimídia dentro daquilo ali quem criou fui eu. Porque quando, por um acaso aconteceu que eu via o prédio crescendo e crescendo e eu "gente e a área como é que está lá a área de som e essas coisas?" "não, pode ficar tranquilo, você vai ser chamado, você vai ser chamado, você vai ser chamado" que não era assim, eu só vinha aqui na obra tirar

algumas fotos as vezes quando tinha alguma autoridade vinha visitar a obra então eu acompanhava e tal mas eu não tinha conhecimento de nada que estava acontecendo no prédio acredita nisso. No tribunal tem muito disso.

Ana Abreu Gomes: Claro. Não só o tribunal né.

Geraldo de Genaro: Eu sei que infelizmente são algumas coisas que acontecem “está tudo, está tudo pronto”. Até que um dia já na gestão de um ministro que ia acabar inaugurando a nova sede o Vantuil Abdala me chamou no gabinete e disse “Genaro como que está a sua párea lá no TST” “não existe, eu desconheço” “como que você desconhece?” “desconheço ministro”, olha só me acontece da mesma forma que aconteceu essa história com o memorial e você ficou espantada de dois meses, dois pra três meses ter ficado pronto, mas fizemos porque eu já tinha conteúdo. Eu de certo forma já estava preparado pra se algum dia acontecesse né, não com o negócio de mobiliário. O negócio de mobiliário foi depois, veio assim, que eu acho que foi até ideia da Célia “mas vocês não tem móveis tal essas coisas” acho que foi ideia dela sim, aí eu falei “não no Rio de Janeiro tem móveis antigos e não sei o que porque eu sabia, eu conheci”. Onde que eu estava mesmo?

Ana Abreu Gomes: Da mesma que levou três meses você botou a multimídia lá no prédio novo é isso?

Geraldo de Genaro: É o que aconteceu foi isso, o prédio novo, aí o ministro Vantuil disse “não mas você vai lá. Vai lá dar uma olhada na sua área lá e não sei o que e tal” eu cheguei lá, foi incrível, nem tubulação pra passar fio de som e microfone, pra não dizer que não fizeram, fizeram sim. Pegaram, temos 27 ministros e em plenário os 27 se reúnem, aí você sabe quantos microfones tinham caminho pra, quantos microfones?

Julyelenn Almeida: Uns 10.

Geraldo de Genaro: Um. Eu acho que quem bolou aquilo imaginou que cada ministro ia levantar e ia lá no púlpito pra dar a sua palavra. E você já deve estar sabendo, já deve estar ganhando a experiência de como funciona aquilo lá porque você já deve ter entrado lá em uma sala de sessão daquela na hora de sessão não já?

Julyelenn Almeida: Já.

Geraldo de Genaro: Você já viu que ali tem toda ainda uma burocracia, um xodó, um joguinho de cintura, autoridade é autoridade e é mesmo né. Então não tinha nada.

Ana Abreu Gomes: Caramba.

Geraldo de Genaro: Eu fiquei horrorizado, eu procurei o engenheiro da obra “gente” “não mas já está pronto”, aí foi lá me mostrar e eu digo “não, mas isso. Gente o prédio está quase pronto e vocês não, ninguém foi lá nunca me fazer uma perguntar nem nada”, pelo contrário, quando eu perguntava diziam “não, tem uma área técnica mexendo com isso”, fui no diretor geral e abri e escrachei e falei “olha vai inaugurar o prédio sem som, sem imagem sem nada”, “não, mas não é possível”, e ele um

ministro muito sério nessas coisas e ele “Genaro, você está brincando” e eu falei “não estou brincando não ministro”.

Ana Abreu Gomes: Não se brinca com isso.

Geraldo de Genaro: A coisa é séria. O prédio que o senhor está querendo inaugurar na sua administração, não vai “a vai”.

Ana Abreu Gomes: E foi né.

Gerado de Genaro: E deu certo graças a Deus, graças assim a equipe colaboradora que eu tive também. Eu não posso nunca dizer assim entendeu, eu tive uma equipe fantástica que deram o sangue, deram o sangue. Eu morava numa casa no Cruzeiro que eu construí, essa daqui eu já peguei ela pronta por uma, eu não me mudaria de lá porque aquela eu construí, conheço cada espaçozinho. Pra você vê aqui eu ainda não consegui montar nem o meu memorial. Então eu lá tinha uma área de 80 metros, um escritório que eu fiz no terceiro andar da casa pra, como escritório. E você morria de rir, quantas noites eu passei acordado com aquele monte de papel no chão, plantas do tribunal, criando a estrutura pra esse prédio.

Ana Abreu Gomes: Que já deveria ter sido feito né, pelo engenheiro na planta.

Geraldo de Genaro: Não porque na fase de, porque são coisas que você cria na fase de obras de construção porque tubulação essas coisas, esgoto, tem que fazer é no início da obra. Como é que você vai passar fio de luz se não criar isso. Isso fizeram mas a parte de sessão, a área de multimídia nada, nada, nada. E foi uma loucura, foi uma loucura, eu estava vendo a hora que eu ia apagar. Foi uma loucura. Porque a parte assim, técnica eu nunca imaginei na minha vida que eu ia montar uma estrutura assim, nunca. Nem pra ganhar dinheiro, imagina de graça.

Ana Abreu Gomes: Ainda tem isso. E ainda mais tapando o trabalho dos outros né, porque era outra equipe que deveria ter feito.

Geraldo de Genaro: Porque isso daí mesmo eu sendo diretor de uma unidade não me competia fazer essa parte. Competia dar as informações mas desenhar e montar e dizer tem que ser assim e bater o pé e a construtora dizer que não dá pra fazer e eu digo “vai ter que dar meu amigo, se vira. Vocês tem que passar aí um cano de pelo menos duas polegadas pra passar todos os fios que eu tenho de multimídia”, apesar que eu já estava pensando no futuro. Quando eu comecei a fazer, eu sempre tive uma coisa muito balanceada comigo, eu desde criança acho que não sou desse planeta porque eu sempre, tudo o que eu faço eu penso no hoje, no ontem e principalmente no amanhã. Porque se você criar uma estrutura sem pensar no amanhã, aquilo vai durar pouco tempo. A estrutura que eu fiz dentro do TST, está escrito isso, eu tenho todo esse processo, foi pensando em 2006 e já pensando em 2020, 2021.

Ana Abreu Gomes: 20 anos pra frente pelo menos.

Geraldo de Genaro: Porque a tecnologia avança muito rapidamente né, nós vivemos em uma época em que mundialmente o Brasil está começando a regredir de novo, não sei por que. Estava com um

avanço até bom mas está começando, pode até ser que de uma, mas agora com esse negocio de Lava Jato e tal compete né. Parece que estão abando Nando um pouquinho investimentos né em áreas importantes. E o avanço é tão grande, tão grande, que hoje você compra um aparelhinho desse de celular da Apple, amanhã já lançou outro mais avançado, e então você já fica de olho grande, “poxa o meu não faz isso e esse já faz”. Então tem que se pensar no futuro né. Eu deixei aqueles 14 auditórios preparados para isso. Tanto é que hoje já tem mesa digital, na minha época ainda era analógica, quando eu sai eu já deixei o caminho da digital. Chegou uma hora que eu tive que realmente me afastar do tribunal. Eu me aposentei em 98 e fiquei mais 10 anos no tribunal e era pra eu ficar no máximo 4 e eu fiquei mais 10.

Ana Abreu Gomes: Muito bem Senhor Genaro. Mais alguma coisa Dona Ju?

Julyelenn Almeida: Não

Ana Abreu Gomes: Tem alguma dúvida?

Geraldo de Genaro: Tem certeza?

Ana Abreu Gomes: O que vai acontecer agora, olha só, a Ju vai fazer a transcrição dessa fala e encaminhar pro seu e-mail que é?

Geraldo de Genaro: gdgenaro@gmail.com.

Ana Abreu Gomes: Então assim, você como trabalhou com multimídia sabe que uma hora de gravação são seis a oito horas de transcrição. Então a Ju vai ter o feriado da quarta feira pra transcrever.

Geraldo de Genaro: Eu fiz muito isso. E é onde eu quis dizer, você não é taquigrafa, e você vai fazer essa transcrição. O cargo taquígrafo hoje em dia é um cargo que já não corresponde, já ha muitos anos não corresponde. Pra você ver eu mesmo com essa maluquice, eu criei tanto caso dentro daquele tribunal, eu sempre fui muito maluco. O pessoal da informática, os mais antigos me aturaram viu, “não mas não da pra fazer” e eu digo “da sim porque eu já li e da, eu fiz e dá. Eu já fiz lá em casa”, aqui em casa era o meu laboratório. Quando eu chegava no tribunal pedindo alguma coisa com relação a informática, eles não tinham como discutir comigo porque eu já tinha feito aqui, o laboratório eu já fiz aqui. Então quando chegava lá no TST “da certo e vocês se virem”. Eu criei dentro do tribunal uma, eu até comecei a falar e parei do serviço de, é porque quando criaram pediram pra eu “Genaro o Renan vai aposentar” ele era o diretor do serviço de som “pega essa”, e eu nunca quis direção porque eu tinha o freelancer, porque o tribunal realmente eu fiz dele meu fôlego vital, é onde né, minha estrutura pra eu me alimentar e tal, mas pra eu criar uma estrutura maior era freelancer. Então quando você estava lá tomando o seu chope, não sei se você bebe, com seus amigos, eu estava fotografando vocês pra ganhar um dinheirinho e com isso me casei com a fotografia. Foi o casamento que deu mais certo.

Ana Abreu Gomes: Mas aí você estava dizendo que não queria um cargo de direção por quê?

Geraldo de Genaro: Aí eu não queria porque eu teria que, mas aí eu, tanto falou que tal e eu falei “olha com uma condição, vocês estão me dando um pepino, mas eu quero um desafio um pouco maior, eu quero o abacaxi. O pepino não vai me machucar, o abacaxi vai me arranhar. Eu quero o abacaxi” “o que você quer?” eu falei “eu quero incorporar a essa unidade, primeiro eu quero mudar o nome dessa unidade. Porque eu quero incorporar algumas outras áreas que eu doto de conhecimento. Eu quero transforma La” “o que é?” falei “eu quero o setor de gráfica, eu quero que a parte de fotografia continue comigo, e nós vamos transformar essa unidade no serviço de multimeios, que seria o serviço de multimídia americanizado né, então vamos criar a unidade de multimídia.

Ana Abreu Gomes: E você passou a dirigir a unidade?

Geraldo de Genaro: Aí eu passei a dirigira unidade e passei a fazer o projeto pra integrar, incorporar tudo isso e poder criar o Ato né e as obrigação das unidades. Porque como muitas coisas me agoniavam, essa história de museu me agoniava, esse arquivo me agoniava, fotografia me agoniava, porque não tinha uma flexibilidade. Porque aí o que q eu fiz, pra você ver eu já fui arrebetando. Essa parte de fotografias eu já fui digitalizando ela toda, nessa fusão com o serviço de som que já passei a unir uma coisa a outra que era justamente pra criar a multimídia porque não tinham só fotografias como também tinham as gravações. E a gravação eu comecei, era o gravador com o taquígrafo que levava o gravadorzinho lá pra dentro da sala de taquigrafia, pra dentro da sala de sessão e ficava taquigrafando com um gravadorzinho do lado, “precisa fazer isso não, a partir de agora vocês vão poder escutar a sessão direta ou o que já se passou dentro da unidade de vocês”. Botei no computador de cada taquígrafo dentro do tribunal, e foi uma briga danada com a direção, com alguns taquígrafos que eram assim né, assim que se fala, não tinha a visão meio aberta e deu certo. Montei um software, incorporei direitinho, eles podiam ir e voltar. Não tinha mais nem a necessidade do taquígrafo entrar na sala de sessão.

Ana Abreu Gomes: Pois é Genaro, mas como a gente não tem você pra montar nosso sistema a Ju vai taquigrafar a sua entrevista.

ANEXO5

Entrevista realizada com Regina Lúcia Brandão em 28/10/2016 às 15h

O objetivo da entrevista foi a obtenção de informações referentes à criação do Memorial do Tribunal Superior do Trabalho no ano de 2000.

Julyelenn Almeida: Olá, tudo bem?

Regina Lúcia Brandão: Tudo bem.

Julyelenn Almeida: Meu nome é Julyelenn, a professora Ana Lúcia Abreu te ligou marcando uma conversa com a senhora né. Aí o que a gente queria saber mais ou menos é sobre o processo de criação do memorial. A gente já teve essa mesma conversa com o Genaro, Geraldo de Genaro, e ele falou de você, disse que você poderia contribuir com algumas informações.

Regina Lúcia Brandão: Eu vou descer que eles arrumaram uma salinha pra gente conversar La embaixo pra gente ficar mais a vontade ta.

A minha colega está perguntando seu nome.

Julyelenn Almeida: Julyelenn.

Cláudia: Tudo bem Julyelenn?

Regina Lúcia Brandão: Deixa eu lhe dizer uma coisa, memorial de onde mesmo?

Julyelenn Almeida: Daqui do TST.

Regina Lúcia Brandão: Ué e por que o pessoal do TST não está fazendo, tem que ter gente de fora?

Julyelenn Almeida: Na verdade eu sou estagiária daqui né, mas....

Regina Lúcia Brandão: Você é estagiária aqui do tribunal?

Julyelenn Almeida: Do tribunal.

Regina Lúcia Brandão: E o diretor de lá cadê?

Julyelenn Almeida: É o Luís Fernando.

Regina Lúcia Brandão: Conheço. Eu pensei até em fazer a reunião lá com você lá em cima no...

Julyelenn Almeida: Lá com ele?

Regina Lúcia Brandão: É.

Julyelenn Almeida: Seria até uma boa, mas a minha pesquisa, é porque a professora que está me orientando a Ana Abreu ela tem uma linha na pós graduação que são os museus institucionais, que são museus criados dentro de órgão de administração pública. Aí o que a gente está pesquisando mais é sobre o porquê da criação desse memorial, aí eu acho que como o Luís não participou dessa

época, porque foram vocês que participaram do grupo de constituição né do projeto. Eu cheguei a conversar com ele, mas ele não tem tantas informações do começo né, ele já pegou, ele veio para cá já nesse prédio aqui o novo com a exposição do memorial já montada.

Regina Lúcia Brandão: Hum, vamos lá Julyelenn.

Cláudia: Sabe onde é né?

Regina Lúcia Brandão: Sim. Terceiro né?!

Cláudia: Sim bem aqui embaixo.

Julyelenn Almeida: A, eu queria saber se eu posso gravar? E eu gravando, depois eu degravado tudo mando pro seu e-mail e a senhora vê se está tudo de acordo pra ser anexado no trabalho.

Regina Lúcia Brandão: Pode sim. Eu tenho uma prima que é historiadora e ela tem uma grande amiga que é, ela foi aluna dela na Universidade, ela ajudou a fazer a pós dela do mestrado dela na área de museologia.

Julyelenn Almeida: Aqui na UnB?

Regina Lúcia Brandão: Não em Salvador, mas ela anda muito por aqui tudo. A Graça, isso, não lembro o nome dela, não sei se é Graça Alencar, acho que é Alencar o sobrenome dela.

Julyelenn Almeida: Eu não conheço.

Regina Lúcia Brandão: Bem aqui tem uma salinha mais afastada. Eu estou meio desligada das coisas, eu ando muito esquecida, eu não estou me recordando muito das coisas não. Boa tarde, cadê Paulo, está por aí não? Eu estou com essa moça, nós vamos para aquela salinha, já conversamos com ele ontem, se você puder pedir um cafezinho para a gente e uma água, por favor.

Recepcionista: Peço sim.

Regina Lúcia Brandão: Avisa pra ele que eu cheguei viu.

Julyelenn Almeida: Boa tarde.

Regina Lúcia Brandão: Deixa eu passar longe porque eu não posso ficar gripada.

Regina Lúcia Brandão: Julyelenn é o seu nome?

Julyelenn Almeida: Julyelenn, assim.

Regina Lúcia Brandão: A July com Y, mais chique.

Julyelenn Almeida: E com dois N no final que é pro negócio ficar muito chique mesmo.

Regina Lúcia Brandão: A sua professora quem é?

Julyelenn Almeida: Ana Lúcia de Abreu Gomes.

Regina Lúcia Brandão: Eu não sei se eu conheço, acho que não né?

Julyelenn Almeida: Eu não sei, ela é professora lá da UnB, ela da aula na Faculdade de Ciência da Informação.

Regina Lúcia Brandão: Você Julyelenn vai fazer, esse trabalho seu é para?

Julyelenn Almeida: Esse trabalho é de graduação do curso de Museologia que eu pretendo dar continuidade só que já em relação ao museu social do CNT, que idealizado lá no comecinho, anexado na secretaria. Mas por enquanto nesse trabalho eu falo bem pouco sobre isso, eu falo mesmo é sobre o memorial do TST.

Regina Lúcia Brandão: Sim diga, o que é que você quer saber amor?

Julyelenn Almeida: A gente quer entender mais ou menos o porquê da idealização desse memorial, porque que vocês queriam, o objetivo de construir esse memorial. Aí, a gente estava conversando com o Genaro, e ele falou que ele idealizava isso com o Renato Machado né.

Regina Lúcia Brandão: Há muitos anos atrás.

Julyelenn Almeida: É.

Regina Lúcia Brandão: Quase quando o ministro veio, quando o tribunal veio do Rio de Janeiro pra cá.

Julyelenn Almeida: Uhum. Só que ele morreu né, veio a falecer por conta de um câncer e o Ministro Wagner Pimenta que assinou o Ato que constituía o grupo de trabalho que fazia parte ele, você e mais quatro pessoas, mais três pessoas né?!

Regina Lúcia Brandão: Três pessoas.

Julyelenn Almeida: Aí a gente queria entender mais ou menos de onde veio a ideia do Wagner Pimenta de assinar.

Regina Lúcia Brandão: Nós levamos a ideia pra ele e nessa época eu comecei a fazer parte do Conselho Nacional de Arquivo, e aí nos levamos a ideia pra ele porque nós tínhamos algum material já e daria condições da gente fazer. Aí ele fez um, ele autorizou e fez uma portaria pra nós participarmos, nós convocamos uma moça de fora, não me recordo o nome dela, eu tenho tudo isso.

Julyelenn Almeida: Célia Corsino.

Regina Lúcia Brandão: Isso, Célia Corsino. E a Célia veio e foi feito um trabalho, é Corsino o nome dela?

Julyelenn Almeida: Corsino, é.

Regina Lúcia Brandão: Nunca mais tive contato com ninguém sabe Julyelenn. E aí Célia Corsino veio e implantou a primeira coisa de museu nosso. O embrião fomos nós e a Célia Corsino, mas foi pago o trabalho separado, independente.

Julyelenn Almeida: Uma consultoria né.

Regina Lúcia Brandão: É, uma consultoria.

Julyelenn Almeida: E nessa época vocês idealizavam um museu ou um memorial porque lendo o relatório está como se fosse a mesma coisa né, e é claro, pode ser.

Regina Lúcia Brandão: Qual é o objetivo disso era preservar a história do tribunal né, preservar a história porque estava havendo muita mudança e tal e nós estávamos preocupados. Nós estávamos querendo preservar a história do tribunal. A Célia fez um trabalho magnífico, foi feito inauguração, tudo lindo. Depois nos saímos um pouco, eu saí da geração do arquivo. Você sabe que eu nem me recordava, você começou a falar e eu comecei a me recordar das coisas sabe. Aí em seguida veio o Ministro Almir Pazzianotto, eu saí do arquivo e aí eu não sei o que levou, mas nós é que implantamos um novo sistema de arquivo do TST e o memorial do TST.

Julyelenn Almeida: Um novo sistema de arquivo também?

Regina Lúcia Brandão: É, mas antes disso né, não foi com a Célia. Nosso sistema foi feito com a Andréia de Moraes e Castro, eu implantei junto com ela e eu por ter me dedicado ao trabalho fiquei como diretora durante um tempo. Quando a UnB começou a formar arquivistas aí eu fui, na época do Ministro Pazzianotto, ele colocou uma moça aqui que tinha se formado lá e eu fui afastada do cargo de diretora. E essa é a história.

Julyelenn Almeida: E quando vocês idealizaram isso não tinha, não tinha relação com o museu social do CNT né?

Regina Lúcia Brandão: Não, isso é coisa nova, já não é da minha época. O museu social do CNT é relativo a trabalho infantil, a isso aí né?!

Julyelenn Almeida: É porque não chegou a ser, ele só ficou no papel né, ele não chegou a ser implantado. É porque a gente pensou que pudesse ter resquícios né, mas então não?

Regina Lúcia Brandão: Não. É o Conselho Nacional da Justiça do Trabalho né?

Julyelenn Almeida: É o Conselho Nacional do Trabalho.

Regina Lúcia Brandão: Conselho Nacional da Justiça do Trabalho. O nosso era independente porque o conselho inclusive foi criado depois, depois do TST. É coisa recente que o governo resolveu que o Poder Judiciário tinha que ser fiscalizado, aí como os tribunais tinham que ter um órgão fiscalizador, foi criado os conselhos para cada um tomar conta do seu, da sua área. Justiça do Trabalho, o Conselho Nacional de Justiça, cada um tem o seu.

Julyelenn Almeida: E nesse processo que vocês montaram o memorial, vocês que foram atrás do acervo que ia ser exposto?

Regina Lúcia Brandão: Não porque eu já tinha muita coisa dentro do arquivo do TST, algumas coisas já estavam lá e outras coisas o Genaro tinha que guardava da época do Rio de Janeiro pra cá. Aí, nós fomos pegando o material que tinha pra fazer isso.

Julyelenn Almeida: E em julho a exposição foi, o memorial já foi inaugurado né?

Regina Lúcia Brandão: Não. Em julho de que ano você está falando?

Julyelenn Almeida: De 2000.

Regina Lúcia Brandão: De 2000, aí foi a época que eu já estava afastada do tribunal. Me afastei daqui em abril, não 2000 meu marido estava vivo ainda, eu me afastei da direção em abril de 2001. Em 2000 você queria saber o que? Em julho se 2000 nós implantamos, foi inaugurado tudo bonitinho, o ministro Wagner que ainda fez e tudo a inauguração do memorial.

Julyelenn Almeida: A senhora sabe sobre a relação da reinauguração que teve do memorial com o Ministro João, João Oreste Dalazen?

Regina Lúcia Brandão: Não, isso já foi com a nova diretora a Ana Rosa que fez isso. Em 2011 eu não estava mais aqui. O que eu fiz parte inclusive foi do Primeiro Congresso Brasileiro do Poder Judiciário. Todo o Poder Judiciário, nós fizemos isso no dia que meu marido morreu começou o congresso, mas quem organizou tudo fui eu na Justiça do Trabalho. Nós saímos daqui para ir para o congresso que ia ser em Salvador, quando eu cheguei em Salvador eu recebi a notícia que ele tinha falecido. Eu peguei um avião e vim embora, o ministro atual daqui presidente era, fazia parte da banca né do congresso, fizeram um minuto de silêncio e tal e eu vim embora. Não vi nem o início e nem o encerramento do congresso que eu organizei né, tinha que ser assim.

Julyelenn Almeida: E você tem o relatório que a Célia Corsino fez?

Regina Lúcia Brandão: Tem tudo dentro do arquivo do TST, não foi retirado nada de lá.

Julyelenn Almeida: Então eu vou pesquisar porque eu consegui encontrar, só que faltando algumas, alguns pedaços.

Regina Lúcia Brandão: Como assim?

Julyelenn Almeida: Faltando algumas folhas, não está o relatório que ela fez completo. Está o relatório que vocês fizeram e o que ela fez né que está ali em anexo só que faltando algumas partes.

Regina Lúcia Brandão: Gente, como que está faltando isso, alguém tirou filha. Quando nós saímos de lá nós deixamos completo.

Julyelenn Almeida: A gente já entrou em contato com ela também perguntando se ela tem o trabalho, o relatório completo. Mas então foi isso, foi para não perder essa memória né do TST ?!

Regina Lúcia Brandão: Foi pra não perder a memória do TST porque nos tínhamos já algum material da transferência dele daqui, do Rio de Janeiro pra cá, muitas coisas tinham ficado nos sanitários no Rio, e foi se perdendo porque teve inundação e tudo mais. Pra não acontecer isso, pelo menos nos salvamos o que nos tínhamos ainda né, porque antigamente o arquivo era socado um monte de papel dentro dos sanitários então a valorização era zero né.

Julyelenn Almeida: A sua formação é qual?

Regina Lúcia Brandão: Eu sou Assistente Social de formação e tenho pós graduação lá na UnB que até hoje não fui pegar na área de documentação e informação. Eu fiz duas matérias lá que eu paguei e não fui pegar meu papel.

Julyelenn Almeida: Mas está lá guardado né.

Regina Lúcia Brandão: Eu fui lá uma vez mas não acharam e não acharam, “como não acharam se eu paguei e tudo”, e não acharam. Como eu já tinha saído já daqui aí eu já não me incomodei mais e deixei lá.

Julyelenn Almeida: Quando inauguraram o memorial você sabe se tinha um, alguma ação com o vínculo com a sociedade, se já tinha exposição aberta ao público, se chamava gente?

Regina Lúcia Brandão: Não, na época não. Nós fizemos a abertura no salão nobre do TST antigo que era lá onde é hoje o TRT da 10ª Região, foi feito ali embaixo e depois eles se mudaram de lá pra cá e eu já não acompanhei mais. Mas não tinha relação de abrir ao público não, depois é que foi aberta ao público etc. e tal. Era tudo muito abafado assim, tudo muito, sabe assim sem grandes perspectivas. Eu acho que o pessoal em si não acreditava no poder do museu, da importância do museu.

Julyelenn Almeida: E agora você acha que eles dão essa devida importância no memorial que já está aqui?

Regina Lúcia Brandão: Eu não sei te dizer porque eu me afastei daquela época pra cá, eu me afastei, não participo de mais nada. Eu fui inclusive pra área judiciária, passei 18 anos lá na área judiciária, com as mudanças que houveram interna aqui de gratificação e tudo mais eu fui pra área administrativa, então eu estou na área administrativa mas não estou por dentro de como está. De vez em quando eu encontro o Luís Fernando, pergunto “está tudo bem?”, mas não vou mais.

Julyelenn Almeida: Então muito obrigada.

Regina Lúcia Brandão: Só isso minha filha, tão pouco. Em que eu posso lhe ajudar mais alguma coisa?

Julyelenn Almeida: É porque a nossa, a nossa dúvida era realmente nessa parte de vocês que idealizaram né, o porquê de.

Regina Lúcia Brandão: O Julyelenn sabe o que você pode fazer, você pode procurar uma, dentro do TST tudo o que a gente faz, por exemplo, de fora nós contratamos a Célia e a Célia tem um processo de pagamento. Aí você pode olhar na área de pagamento, processos, não sei se já deram fim também mas eu acho que não, já tem mais de cinco anos né.

Julyelenn Almeida: Tem 16 anos.

Regina Lúcia Brandão: A aprovação das contas e tudo. Não sei quem sabe você tem nos pagamentos de 2001, 2000 e tal se você encontra alguma coisa a respeito de pagamento. Pode ser que encontre alguma coisa sobre Célia, sobre o contrato da Célia porque nós mesmo não tínhamos, nós abríamos o processo e dizíamos quem tinha escolhido e tal e porque nós escolhemos a pessoa e

aí o tribunal faz o ressarcimento dessa pessoa, faz o pagamento do trabalho dela. Então pelo menos ali deve ter alguma coisa no processo de pagamento.

Julyelenn Almeida: Você sabe se nessa época também foi destinado dinheiro, verba pro memorial? Porque vocês mandaram fazer alguns móveis né.

Regina Lúcia Brandão: É, foi tudo mandado fazer mas nós não tivemos acesso a financiamento nenhum, o tribunal paga tudo isso, a gente só diz vai custar tanto, tal pessoa vai fazer e aí eles vão o providenciam o pagamento.

Julyelenn Almeida: Mudança no ambiente vocês fizeram, luz?

Regina Lúcia Brandão: Sim, iluminação foi feita, só não foi feita assim muitas mudanças em climatização por causa do espaço que nós escolhemos, porque foi escolhido né, que era o melhor espaço que tinha no tribunal na época que era lá embaixo no saguão onde dava acesso. Pelo menos socialmente as pessoas não tinham conhecimento, mas as pessoas que frequentavam o TST tiveram noção do que fosse o memorial.

Julyelenn Almeida: E posteriormente fizeram várias exposições lá né?

Regina Lúcia Brandão: É, depois disso começaram algumas exposições.

Julyelenn Almeida: A gente encontrou várias fotos de várias exposições depois dessa época do memorial.

Regina Lúcia Brandão: Acho que você vai encontrar uma moça morena parecida comigo lá porque naquela época eu era morena.

Julyelenn Almeida: Mas então era isso, era só isso mesmo.

Regina Lúcia Brandão: Aí eu sugiro isso que você olhe nesse processo de pagamento. Eu tenho lá em casa, só que eu estou com obra lá em casa, eu tenho na minha casa algum material meu, mas eu não me lembro de alguma coisa sobre a Célia, talvez no meu relatório. Você já viu meu relatório de 2000?

Julyelenn Almeida: O relatório de vocês 5 né ?

Regina Lúcia Brandão: Tem esse dos cinco e tem o meu do ano.

Julyelenn Almeida: Não esse seu não.

Regina Lúcia Brandão: O relatório do SCAR na época, dá uma olhada pra vê se nele não tem alguma coisa.

Julyelenn Almeida: SCAR?

Regina Lúcia Brandão: É naquela época era SCAR. De 2000 ou 2001, isso, eu acho que esse é o caminho é processos de pagamento e relatórios ta.

Julyelenn Almeida: Aí você fez um relatório sozinha ou cada um teve que fazer?

Regina Lúcia Brandão: Não, anualmente quando eu terminava meu serviço lá, hoje foi o último dia de expediente, eu preparava um relatório e mandava entregar, já vinha fazendo com todos os dados que fiz e tudo mais. Então pode ser que tenha feito, como 2000, 2001 eu saí eu não sei se faz parte disso. Talvez que no meu relatório de 2000 tenha.

Julyelenn Almeida: Você sabe mais ou menos o mês de 2001 que você saiu?

Regina Lúcia Brandão: Em abril de 2001.

Julyelenn Almeida: Eu tive acesso soa esse relatório do grupo de trabalho mesmo.

Regina Lúcia Brandão: É, mas não, deve ter pelo menos no meu anual deve ter. Eu tive um funcionário que ele, o José Maria, ele andava mexendo muito nas coisas lá, e eu não sei se ele teve acesso a isso ele não era muito bom sabe, mas tudo o que nós fizemos está lá dentro do arquivo, não tirei nada. A não ser que quem veio posteriormente a mim pra.

Julyelenn Almeida: Você sabe assim, onde mais ou menos que eu posso pesquisar, lá no arquivo mesmo?

Regina Lúcia Brandão: No arquivo tem relatório do SCAR de 2000, relatório anual, pode dar uma olhada nisso. Vou até colocar aqui relatório anual. Eu vou ver se eu acho alguma coisa lá em casa como tem esses dias de folga, eu ia viajar mas já não vou mais, aí eu vou dar uma olhada lá em casa. Porque eu estou com um quarto que era de empregada que tem documento até lá em cima filha que eu não tive tempo de mexer ainda, eu sou o homem e a mulher da casa e eu não tive tempo de mexer com essas coisas, mas eu vou procurar e se tiver alguma coisa eu posso copiar e lhe dar.

Julyelenn Almeida: Eu quero por favor. Você pode me passar seu e-mail? A gente falou com a senhora foi por telefone né.

Regina Lúcia Brandão: Sim é Re de Regina, Lu de Lúcia, Jae, ger @gmail.com.br. Os telefones particulares são: 99752763 e 32486827. Se eu puder fazer alguma coisa, mas e agora como eu entro em contado com você? Você é estagiária do TST?

Julyelenn Almeida: Sou lá do Setor de Preservação da Memória Institucional.

Regina Lúcia Brandão: Aonde que funciona, é lá com o Luís mesmo?

Julyelenn Almeida: É lá com o Luís.

Regina Lúcia Brandão: Dó Luís, eu vou colocar estagiária do Luís pra eu poder saber. O que mais?

Julyelenn Almeida: É relujaeger@gmail.com.br?

Regina Lúcia Brandão: Está certo.

Julyelenn Almeida: Aí eu vou te mandar um e-mail, provavelmente depois desse feriado que eu já faço a degravação toda e já te envio para senhora dar uma olhada pra anexar no meu trabalho aí se a senhora já achar esses documentos e puder me mandar.

Regina Lúcia Brandão: O social, as pessoas que vieram depois de mim Julyelenn que queriam fazer a coisa mais pra dizer que estavam trabalhando. Então antes de mim eu não fazia nada para aparecer até porque eu não gosto tanto é que eu fiquei meio assim o “vou lhe atender mas eu não sei se vai ser bom e se não for eu digo tchau e benção”.

Julyelenn Almeida: O Genaro falou que...

Regina Lúcia Brandão: Que eu me aborreci muito. Uma coisa que eu me doe, era a minha vida aquilo ali. O arquivo, o memorial foi coisa de idealismo sabe, idealismo porque apoio a gente quase não tinha.

Julyelenn Almeida: Não, ele falou justamente isso que conhecimento em museu quase não tinha mas tinha, ele até falou em amor a história, amor ao tribunal e que queriam preservar isso.

Regina Lúcia Brandão: É exatamente isso, nós tínhamos esse idealismo sabe.

Julyelenn Almeida: E foi o que a gente achou muito bonito né muito...

Regina Lúcia Brandão: Mas nem todas as pessoas acharam bonito, incomoda você fazer parte de um Conselho Nacional de Arquivo, você fazer isso sem grandes recursos porque os recursos para a gente era mínimo possível. Depois de uma luta monumental nos conseguimos arquivos deslizantes para o arquivo, nos cheirávamos monóxido de carbono, poeira, papel velho, tudo né, mínima coisa pra proteger nós não tínhamos.

Julyelenn Almeida: E hoje já tem toda uma estrutura né.

Regina Lúcia Brandão: Já tem uma estrutura. Hoje já tem restauração de documentos, já tem um monte de coisas e o arquivo fica lá que ficou documento só que era mais o corrente né, coisa assim que era mais requisitado, lá fica todo o material realmente.

Julyelenn Almeida: O que a gente percebeu fazendo a análise dos documentos é que o memorial dentro do tribunal tem uma relação de poder né, e por isso também...

Regina Lúcia Brandão: A ideia nossa era implantar nos regionais quando nós fizemos o congresso e quando eu sai em abril, eu deixei pra maio o congresso aqui em Brasília de todos os Tribunais Regionais pra que eles pudessem absorver o nosso sistema implantar o sistema de arquivo também nos regionais. Por nós fazermos parte do conselho, do Conselho Nacional de Arquivo, então nós queríamos que os regionais acompanhassem a gente. Nós já tínhamos nossa tabela de temporalidade feito conosco aqui dentro sabendo o que presta e o que não presta aí depois o do Poder Executivo, que aí nós fizemos parte do conselho, do CONARQ e eles queriam que fossem todas iguais, então tinha que juntar Judiciário, Executivo e Legislativo, todos com o mesmo sistema de arquivo. Aí nós saímos, pediram pra gente colocar alí o que a gente queria fazer no relatório, qual era o plano, o planejamento a curto, médio e longo prazo e nós fizemos e aí tivemos a surpresa de sermos substituídos e o pessoal que veio substituir aqui é que fez a nova tabela de temporalidade. Mas até então nós usávamos a tabela feita dentro do sistema de arquivo da Andréia de Moraes e Castro que nós implantamos tá. O cerimonial fui eu, cerimonial não menina, o memorial fui eu o

Genaro, parece que Miriam, acho que a, como é o nome dela Raquel e tinha mais uma pessoa que eu não me lembro quem era. Você tem aí o nome das pessoas?

Julyelenn Almeida: Eu não tenho. Eu estava olhando isso aqui agora mas.

Regina Lúcia Brandão: Sabe onde você encontra isso nas portarias, na portaria do Ministro Wagner. Aí ele institui a comissão de implantação do memorial.

Julyelenn Almeida: Eu não tenho aqui anotado agora, mas como eu tive acesso ao relatório, eu vi a relação das pessoas.

Regina Lúcia Brandão: Sem recurso mas com muito amor nós conseguimos implantar tudo isso. Por que Luís não está fazendo parte disso?

Julyelenn Almeida: Quem? O Luís assim, ele me apoiou a fazer a pesquisa, ele até me incentivou e disse “pode ficar a vontade pra pesquisar aqui, pesquisar no acervo, todo documento que você precisar pode ficar a vontade”.

Regina Lúcia Brandão: Quer dizer que você está me dizendo que os documentos da menina não estão completos, o relatório da Cláudia Corsino, é Cláudia né? Cláudia Corsino sim professora de museologia lá da UnB.

Julyelenn Almeida: Na verdade não, ela veio de fora né pra fazer a consultoria. Aí o documento que eu tive acesso, que é esse relatório, tem em anexo o relatório que ela fez, o documento que ela fez só que esta faltando algumas páginas, acho que está faltando poucas, mas aí como a minha professora já trabalhou com ela e tem um contato com ela já mandou um e-mail perguntando se ela tem esse documento inteiro pra fornecer para a gente.

Regina Lúcia Brandão: Se você tiver eu quero também ta pra vê o que está faltando. Que maldade viu gente. Como é que eu faço pra falar com...

Julyelenn Almeida: Célia Corsino.

Regina Lúcia Brandão: É Célia Corsino. Como é que eu faço pra falar com a Célia?

Julyelenn Almeida: A gente tem o e-mail dela, a gente pode te passar esse e-mail.

Regina Lúcia Brandão: Me passa o e-mail dela por favor. Como é que vocês chegaram até o Genaro em?

Julyelenn Almeida: Por meio desse relatório. A gente pegou esse relatório e tinha ele lá como diretor né do grupo de trabalho, aí a gente ligou aqui no TST e pediu o número. Aí eles entraram em contato com o Geraldo e o Geraldo autorizou dar o número, aí marcou uma entrevista, uma conversa na casa dele, e a gente foi pra lá e fizemos da mesma forma, gravamos. Também achamos o seu número lá, só que o seu número eles não, acho que não te ligaram né até porque a gente entrou em contato com você pelo número do TST.

Regina Lúcia Brandão: Não, vocês é que me ligaram, foi.

Julyelenn Almeida: Aí a gente foi até a senhora porque como ele falou muito, falou muito não, falou que você participou, que você ajudou bastante. Aí a gente escolheu duas pessoas...

Regina Lúcia Brandão: Que a Regina que era a mestre das histórias novas.

Julyelenn Almeida: Aí a gente escolheu duas pessoas assim pra fazer, tentamos entrar em contato...

Regina Lúcia Brandão: Mas fomos os dois mesmo, foi mais ninguém não. Porque quando você cria uma comissão, aprenda isso você que está jovem, você cria uma comissão de 4, 5 pessoas, dois trabalham e o resto não trabalha. Fica só com o nome.

Julyelenn Almeida: São levados.

Regina Lúcia Brandão: São levados né. Então aqueles realmente que tem freuma fazer, de querer fazer por amor, por idealismo. Você que vai tomar a frente é que vai fazer mesmo.

Julyelenn Almeida: Que foram vocês.

Regina Lúcia Brandão: Que fomos nós.

Julyelenn Almeida: A gente também tentou entrar em contato com o Wagner Pimenta, só que ele falou que estava sem tempo de atender a gente, mas por telefone ele falou...

Regina Lúcia Brandão: Ele não deve se lembrar, tem tanta coisa que eu me esqueci --Julyelenn. Pra mim foi uma surpresa você chegar e dizer "Regina está faltando coisa no relatório" não podia estar faltando, quando o relatório vai para o pagamento, quando vai para o tribunal, inclusive toda essa documentação foi formada do memorial, não podia ter faltado dentro do arquivo. Ou pelo menos teria que estar dentro do memorial do TST da criação do memorial, não pode estar faltando. A gente tem que se virar e achar isso e manter, montar, remontar e deixar pronto aí pro TST. E pra dar acesso, isso é história nossa, não pode ficar aí pelo meio do caminho. Sabe, eu acho que tem que ter, está ali a portaria, a determinação do Ministro Wagner, como foi feito, quem fez, tudo direitinho. Nós mandamos fazer, mandamos colocar negócio de iluminação, tudo específico como a Célia mandou fazer, a Célia, e era umas tipo uns pôster assim sabe com aquelas luzes em cima e tudo, e eu procurei e sumiu tudo.

Julyelenn Almeida: Eu vi nas fotos.

Regina Lúcia Brandão: Você viu a foto aonde porque eu nunca vi? Depois que eu sai de lá eu não vi mais nada.

Julyelenn Almeida: Essas fotos, como o Luís me deixou procurar, eu entrei no acervo mesmo da CGEDM que é a coordenadoria dele e fui procurando ali exposições 2006. As únicas fotos, as mais antigas que eu achei são de 2004. De 2000, 20001, 2002 e 2003 nada.

Regina Lúcia Brandão: Onde que está esse material, você não tem ideia não?

Julyelenn Almeida: Lá na CGEDM, Coordenadoria....

Regina Lúcia Brandão: Está lá mesmo?

Julyelenn Almeida: Lá com o Luís.

Regina Lúcia Brandão: Ele podia ir montando isso. Está tudo organizado lá com o Luís? Quando você quiser, a gente pode marcar uma hora com o Luís e ir lá e conversar com pra vê se a gente remexe alguma coisa, se acha alguma coisa porque eu não posso mais me meter em arquivo nem nada porque eu estou com um problema respiratório, não posso mais mexer com essas coisas assim, embora eu possa mexer com uma máscara e tal mas aí eu vou me expor de mais né.

Julyelenn Almeida: Realmente ainda mais que lá embaixo, o arquivo lá embaixo está ótimo mas não tem ventilação, não tem.

Regina Lúcia Brandão: Esta aonde o arquivo?

Julyelenn Almeida: Lá no subsolo.

Regina Lúcia Brandão: Aqui no tribunal?

Julyelenn Almeida: Aqui no tribunal.

Regina Lúcia Brandão: Saiu de lá do SAAN e está aqui, eu nem sabia está vendo.

Julyelenn Almeida: Está metade-metade. Tem um pouco lá no SAAN e um pouco aqui nesse prédio.

Regina Lúcia Brandão: A ideia nossa do conselho na época que nós fizemos parte do conselho, a ideia era colocar todo o material, fazer o Arquivo Nacional do Poder Judiciário, estávamos pleiteando e chegamos conseguir alguma coisa pra construção, uma verba. Depois desviaram, não sei onde foi parar pra construção do arquivo do Poder Judiciário aqui em Brasília.

Julyelenn Almeida: Arquivo do Poder Judiciário?

Regina Lúcia Brandão: Do Poder Judiciário. Sabe que era o Supremo, mas era para todos, para todos terem acesso. A ideia nossa era essa, Supremo, TER, STJ, TST, todos os tribunais com um arquivo para isso. Sabe essa era, a gente sonhava pouco, a gente sonhava sabe agora realizar minha amiga é que difícil, mas vocês que estão começando agora a semente está aí plantada.

Julyelenn Almeida: Mas é uma boa ideia unificar.

Regina Lúcia Brandão: Unificar os arquivos sabe, com uma sala de restauração de documento, uma coisa assim muito bem bolada sabe. Não tem o Arquivo Nacional que um dos maiores coisas do mundo né, do acervo do mundo é o nosso do Arquivo Nacional. O Jaime lutou muito, trabalhou muito pelo Arquivo Nacional.

Julyelenn Almeida: Essas fotos estão lá guardadas, elas foram parece que digitalizadas, as físicas estão guardadas em álbuns. Eu mexi no HD né, então eu tive contado em formato digital. Mas está tudo lá.

Regina Lúcia Brandão: E como estão fazendo os acórdãos agora está tudo digitalizado ou está vindo em papel, em formato assim.

Julyelenn Almeida: Isso daí eu não tive acesso, eu não sei. Isso é o Washington né, o Washington que esta cuidando disso. Mas a ideia era colocar em formato digital né, não sei se foi implantado porque tinha uma discussão entre o pessoal dessa área porque se perdesse.

Regina Lúcia Brandão: Sei, o digital que a gente fica sem, essa é a preocupação, mas a gente tem que bolar um jeito. Pensou-se também em colocar em CD, mas um CD depois de 30 anos você tem que renovar e nunca tem verba pra serviço de arquivo, museu, essas coisas. Tem que ter alguém que compre essa ideia, e que seja idealista também pra tocar pra frente.

Julyelenn Almeida: Então é isso, depois se a senhora puder mandar esses documentos.

Regina Lúcia Brandão: Qual documento amor, eu vou procurar algum documento que eu tiver em casa.

Julyelenn Almeida: É esse relatório anual.

Regina Lúcia Brandão: Esse relatório anual de 2000 talvez eu tenha em casa porque eu tirei, eu sempre tive uma cópia de tudo, dos meus relatórios que eu fazia.

Julyelenn Almeida: O Genaro falou isso também.

Regina Lúcia Brandão: Ele falou que eu guardava?

Julyelenn Almeida: Não, ele falou que ele também guarda as coisas que tem relação com ele, ele tem uma cópia guardada na casa dele.

Regina Lúcia Brandão: Os meus relatórios tem lá, então eu vou questionar isso, vou ver se eu procuro esse relatório de 2000 e nós vamos atrás desse material com a Célia. E não vamos botar assim também a coisa não, por favor, eu tiro cópia pra mim, pra você e depois a gente entrega oficialmente ao arquivo do TST essa reforma. Célia Corsino, você está me devendo isso e eu vou fazer o que você falou, você falou verificar o relatório anual...

Julyelenn Almeida: Eu vou olhar aqui também quando a semana, quinta feira quando voltar...

Regina Lúcia Brandão: Você não quer verificar aqui no tribunal o relatório e se você não achar eu vou mexer lá em casa.

Julyelenn Almeida: Não, então pode ser assim, fica mais fácil. Esse relatório anuale o processo de pagamento né da Célia.

Regina Lúcia Brandão: Que aí deve ter alguma coisa, algum detalhe e eu quero saber o que está faltando. Você está com esse material aí ?

Julyelenn Almeida: Aqui não, eu tenho em casa.

Regina Lúcia Brandão: Você pode marcar comigo, você trabalha a tarde?

Julylenn Almeida: Eu trabalho de manhã mas posso vir a tarde.

Regina Lúcia Brandão: Qual o seu ramal aqui?

Julylenn Almeida: 3130, deixa eu pegar aqui esse é o da moça que fica do meu lado porque no meu não tem telefone mas pode ser esse, 3330.

Julylenn Almeida: Esse relatório, eu estou com uma cópia dele e ele também tem um linkzinho no site do memorial né, que dá acesso a ele.

Regina Lúcia Brandão: Aqui?

Julylenn Almeida: Na internet.

Regina Lúcia Brandão: Onde que é isso amor?

Julylenn Almeida: Isso deixa eu ver, tem que entrar no site do memorial mesmo, deixa eu ver se minha internet entra. Porque você colocando Memorial do TST, tem lá falando criado com o ato tal, aí mostra o ato que o Wagner Pimenta assinou com o nome de vocês, aí um pouquinho mais para baixo tem um link do relatório de constituição do memorial.

Regina Lúcia Brandão: E ali é que está faltando?

Julylenn Almeida: Isso, lá no anexo na parte da Célia Corsino esta faltando uma paginazinha. Aí eu não se tem continuidade, eu sei que está faltando ali, fica meio que cortado. Quem analisa direitinho vê que está faltando né. Aí foi por isso também que nós entramos em contato com ela e se ela consegue contar também um pouquinho de como foi esse trabalho dela.

Regina Lúcia Brandão: Foi um sofrimento minha filha, um sofrimento. Graças a Célia “Célia você não pode nos abandonar, você tem que terminar isso” e ela veio. Realmente uma profissional e tanto viu, ela lutou com a gente, nós trabalhamos dia e noite ali dentro daquele tribunal.

Julylenn Almeida: E vocês fizeram um negócio muito rápido né porque foram três meses.

Regina Lúcia Brandão: Pois é, em três meses nós fizemos tudo, um corre e corre, mas nós trabalhamos de manhã, a tarde e a noite, e era no SAAN isso.

Julylenn Almeida: Sei no prédio antigo ainda.

Regina Lúcia Brandão: Não o prédio antigo não, o prédio que era anexo do TST lá no Setor de Áreas e Abastecimento Norte.

Julylenn Almeida: Sei, mas quando montaram já foi na sede né.

Regina Lúcia Brandão: Na sede porque lá não tinha nada, tinha que ser na sede pra aparecer né, pra aparecer. Nós não fazíamos nada pra aparecer não, tinha gente que tinha que aparecer mais do que a gente, nós fazíamos por idealismo mesmo, por amor. Mas então é isso meu amor.

Julylenn Almeida: Muito obrigada.

Regina Lúcia Brandão: Você precisando eu estou todas as tardes aqui, meu ramal é 4949 pode dispor de mim. Como eu ando meio baquiadinha, eu estou, sabe com quantos anos? Eu estou, quase 70 meu anjinho, estou esperando um processo aí pra poder me aposentar e de repente eu não te ver aqui você tem meu telefone tem tudo.

Julylenn Almeida: E eu vou te mandar o e-mail, aí qualquer coisa pode mandar também pro meu e-mail. Muito obrigada.

Regina Lúcia Brandão: Estou a sua disposição, da Célia e da professora, é uma coisa que eu amo e faço de paixão.